

**UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – FCLAr**

**ANA BEATRIZ GOMES SILVA**

**BANCO PALMAS:  
UMA ALTERNATIVA DE INCLUSÃO FINANCEIRA**

ANA BEATRIZ GOMES SILVA

**BANCO PALMAS:**  
UMA ALTERNATIVA DE INCLUSÃO FINANCEIRA

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da UNESP – Universidade Estadual Paulista, como exigência para obtenção ao título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Pereira Morais

## RESUMO

O trabalho em questão tem intenção de analisar a viabilidade do microcrédito solidário, segundo princípios das finanças e economia solidária, como ferramenta de inclusão financeira e redução da desigualdade socioeconômica. Para tanto, buscou-se identificar os motivos da exclusão financeira e como esse cenário deu origem às práticas solidárias, cooperativas e de autogestão inerentes ao microcrédito popular, que têm atuação local em bairros periféricos e favelas, a fim de amparar a população de baixa renda. Assim, diante de experiências microcreditícias aplicadas em diferentes modelos institucionais e localizadas em diferentes países e continentes, com diferentes graus de desenvolvimento, entende-se que, ademais dos atributos gerais do microcrédito, as particularidades locais – como a cultura e o histórico de lutas da comunidade – fomentam a perpetuidade da instituição. No Brasil, uma experiência emblemática é o Banco Palmas, primeiro Banco de Desenvolvimento Comunitário brasileiro sediado na periferia de Fortaleza – CE, que, decorrente da disseminação de suas conquistas, passou a auxiliar na fundação de outras diversas instituições microfinanceiras pelo país através do Instituto Palmas. Com isso, apesar de todas as limitações impostas, e com os devidos auxílios que preservem a sustentabilidade financeira, as experiências de microcrédito solidário contemplam, em sua essência, a inclusão social e a democratização financeira.

Palavras-chave: Microcrédito. Banco Palmas. Finanças Solidária. Economia Solidária.

## **LISTA DE GRÁFICOS, QUADRO E TABELAS**

Gráfico 1. Valor da carteira total de várias modalidades de crédito para pessoa física (em R\$ bilhões)

Gráfico 2. Quantidade de EES por região e distribuição por forma de organização

Gráfico 3. Organizações concedentes de crédito (%)

Gráfico 4. Local em que os moradores do Conjunto realizam suas compras

Gráfico 5. Inadimplência da carteira de crédito do Banco Palmas acima de 30 dias

Gráfico 6. Evolução da carteira de crédito para consumo em Palmas (P\$)

Gráfico 7. Evolução da Rede Brasileira de BCDs

Gráfico 8. Formas como o Banco Palmas melhorou a vida de seus beneficiários

Quadro 1. Evolução dos produtos financeiros

Quadro 2. Divergências da aplicação do microcrédito em países Emergentes e Desenvolvidos

Quadro 3. Síntese das experiências internacionais

Quadro 4. Leis e regulamentações que regem o microcrédito no Brasil

Quadro 5. Dados de diferentes modalidades de crédito oferecidas pelo Banco Palmas

Quadro 6. Síntese das práticas de fomento ao desenvolvimento endógeno

Quadro 7. Características de um BCD definidas pelo Instituto Palmas

Tabela 1. Distribuição regional das experiências microcreditícias

Tabela 2. Valor e quantidade de operações da carteira total por tipo de cliente (%)

## **LISTA DE SIGLAS**

ACSI – Amhara Credit and Savings Institution

Adie – Associação para o Direito à Iniciativa Econômica

ANDC – Associação Nacional de Direito ao Crédito

ASMOCOP – Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras

BACEN – Banco Central do Brasil

BB – Banco do Brasil

BCD – Banco Comunitário de Desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BPB – Banco Popular do Brasil

BRI – Bank Rakyat Indonesia

CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará

CEF – Caixa Econômica Federal

CSU – Centro Social Urbano

EES – Empreendimento Econômico Solidário

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FECOL – Fórum Socioeconômico Local

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FSSF – Fundação Serviço Social de Fortaleza

GTZ – Sociedade Alemã de Apoio Técnico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

LBP – Land Bank of the Pjilippines

LIEGS – Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social

MET – Ministério do Trabalho e Emprego

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

ORDA – Organização para Reabilitação e Desenvolvimento de Amhara

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PIB – Produto Interno Bruto

PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

PRODEM – Promoção e Desenvolvimento das Microempresas

PROGER – Programa de Geração de Renda

SCM – Sociedade de Crédito ao Microempreendedor

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAES – Secretaria Nacional da Economia Solidária

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito

UAGOCONP – União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeiras

## SUMÁRIO

Introdução.....	7
1. A gênese do Microcrédito: uma consequência do sistema capitalista.....	9
1.1. Primórdios do crédito e seu papel na economia capitalista.....	9
1.2. Microcrédito.....	11
1.3. Microcrédito solidário.....	21
2. Experiências microcreditícias em âmbito global.....	28
2.1. Iniciativas internacionais.....	30
2.1.1. Portugal.....	30
2.1.2. Colômbia.....	32
2.1.3. Bolívia.....	33
2.1.4. Indonésia.....	35
2.1.5. Etiópia.....	36
2.1.6. Filipinas.....	38
2.1.7. Canadá.....	39
2.1.8. França.....	40
2.2. Panorama nacional.....	42
3. Banco Palmas: uma experiência inclusiva.....	52
3.1. A História do Banco Palmas.....	53
3.2. O Banco Palmas.....	58
3.2.1. Serviços bancários.....	62
3.2.2. Desenvolvimento endógeno.....	67
3.2.3. Instituto Palmas.....	75
3.3. Desafios enfrentados e estratégias adotadas.....	77
Considerações Finais.....	81
Referências Bibliográficas.....	83
ANEXO I. Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil.....	87

## Introdução

A atual conjuntura econômica mundial está configurada de acordo com os padrões capitalistas, os quais ao mesmo tempo em que geram extrema riqueza, geram, também, elevado grau de pobreza e, conseqüentemente, exclusão e desigualdade social. Uma dessas exclusões diz respeito às atividades financeiras, em particular, o acesso ao crédito.

Essa modalidade financeira é a mais usada na comercialização de bens e serviços nos dias atuais e viabiliza trocas e cooperações de forma mais simplificada do que outros arranjos monetários. No entanto, diante da assimetria de informações presente no sistema financeiro tradicional e elevados custos de transação, os bancos comerciais defrontam-se com a possibilidade de ocorrência de fenômenos como a seleção adversa e o risco moral. A fim de eliminar esses impasses, as instituições aplicam rígidos contratos e exigem demasiadas garantias, processo que acaba por eliminar os pobres do segmento financeiro tradicional.

Como alternativa a esse sistema hegemônico, têm surgido novas experiências de organizações socioeconômicas, que caracterizam-se por relações de cooperação e solidariedade ao inserir o ser humano como finalidade da atividade econômica. Com isso, objetiva reverter a lógica individualista e explorativa do capitalismo.

Uma experiência que vem ascendendo nos últimos anos é o microcrédito social, um produto das Finanças Solidárias fundamentado em princípios da Economia Solidária, que, através da concessão de pequenos empréstimos, incorporam a população de baixa renda ao sistema financeiro. Além dos serviços financeiros, também são oferecidos a capacitação profissional e educação financeira, que buscam conferir independência a essa população, ao perpetuar sua nova condição de vida e de seus empreendimentos.

Dessa maneira, o objetivo do presente trabalho é analisar a viabilidade do microcrédito social como instrumento de inclusão financeira e de enfrentamento à condição de pobreza. Para tanto, através da revisão bibliográfica de autores que discorrem sobre



as práticas de economia e finanças solidárias, e da análise de dados<sup>1</sup> disponibilizadas por esses e pelas instituições analisadas, foram constituídos três capítulos.

O primeiro deles traça o histórico do crédito, compreendendo o momento em que esse transfigura-se como um instrumento financeiro capitalista. A partir daí, problematiza-se a exclusão financeira, introduzindo o microcrédito e suas origens e, em seguida, o microcrédito social fundamentado nas Finanças e Economia Solidária.

Já o segundo capítulo discorre sobre as diferentes experiências microcreditícias ao redor do mundo, salientando, através de números, sua progressiva repercussão. A fim de identificar as características que embasam a longevidade dessas instituições, foram ilustradas experiências individuais de diversos países: Portugal, Colômbia, Bolívia, Indonésia, Etiópia, Filipinas, Canadá e França. Ainda nessa subdivisão, tratou-se do microcrédito no panorama brasileiro através de dados e de seu marco legal, assim como um programa bem-sucedido promovido pelo governo – o CrediAmigo.

Ainda num cenário nacional, o terceiro capítulo apresenta a experiência pioneira do microcrédito solidário aplicado por um Banco Comunitário de Desenvolvimento: o Banco Palmas. A escolha da instituição cearense foi baseada em seu histórico de lutas, com destaque à participação da comunidade, e em sua forte influência e disseminação do aparato microcreditício.

Por fim, encontram-se as considerações finais do tema em questão.

---

<sup>1</sup> Indisponibilidade de dados mais atualizados à respeito da experiência do Banco Palmas

## 1. A gênese do Microcrédito: uma consequência do sistema capitalista

A pobreza é uma disfunção estrutural causada pelo sistema capitalista que assume múltiplas faces, podendo expressar-se no precário acesso à serviços básicos, na insuficiência de renda, difícil inserção no mercado de trabalho, baixa escolaridade e muitos outros. O atual sistema econômico que rege o mundo está fundamentado na busca pelo lucro e, com isso, incita uma elevada concentração de renda entre uns poucos ao tempo em que provoca toda essa pobreza – cerca de um bilhão de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza (Silva e Schiochet, 2013, p.1 apud Moreno, 2015, p.9).

Gaiger (2009, p.564) descreve a viciosidade da pobreza proveniente de uma economia capitalista:

A pobreza extrema, em particular, mantém-se presa aos processos de reiteração das desigualdades [...] econômicas, políticas e culturais [que] formam um círculo perverso, cujo cerne mantém-se inabalado e parece recrudescer quando políticas sociais e medidas redistributivas fazem cair os seus índices passageiramente.

Dessa maneira, entende-se que ações sociais e redistributivas, fora de um contexto multidisciplinar, não viabilizam a inclusão social e o combate à pobreza. Para tanto, propõe-se uma análise do microcrédito, desde o princípio, e, em sequência, sua vertente solidária como plausível instrumento para melhores qualidades de vida.

### 1.1. Primórdios do crédito e seu papel na economia capitalista

A etimologia da palavra crédito refere-se ao termo latim, *creditum*, que expressa algo que foi confiado a outrem. Quando retratado como promessas de pagamento, ressarcindo num futuro o valor que lhe foi confiado, o crédito é classificado uma atividade de cunho financeiro, visto que envolve fluxo monetário de entrada e saída ao longo do tempo (Muñoz, 2009).

A forma mais difundida de transacionar valores monetários nos tempos atuais é através do crédito, em grande parte devido às facilidades promovidas pela tecnologia. Dessa maneira, se bem gerido, é possível realizar trocas e cooperações de forma

mais simplificada do que outros tipos de dinheiro, e, ao contrário de cédulas, moedas e metais preciosos, sua quantidade é elástica, podendo flutuar conforme a demanda da economia (Bendell e Slater, 2015). Isso ocorre porque os bancos autorizados a emitir crédito, ou seja, conceder empréstimos, não carecem de quantia equivalente em sua posse. O Banco Central determina apenas uma quantia mínima a ser retida por ele, denominada compulsório, que significa a quantidade de dinheiro disponível na economia. Essa facilidade de emprestar dinheiro sem nem mesmo tê-lo disponível, acaba por difundir o uso do crédito acima do papel-moeda.

Através desse mecanismo, os bancos têm a possibilidade de criar dinheiro. A instituição concede um empréstimo baseado numa quantia, em sua posse, poupada por um outro alguém. Os depósitos na conta do beneficiário caracterizam o empréstimo, e a responsabilidade desse de realizar os pagamentos em parcelas, adicionado os encargos, representa um ativo por parte da instituição. Distintamente, Preisler (2003, p.50) sintetiza essa função dos bancos:

As instituições financeiras atuam na concessão de crédito como intermediárias dos recursos de terceiros e têm função especial nesse processo. Ao intermediar recursos, as instituições financeiras multiplicam a moeda escritural ou bancária, alocando os recursos das áreas em que são abundantes para as de escassez, produzindo crescimento econômico.

A percepção de olhares externos é de que não deveria existir pobreza. Ou faltar dinheiro, comida e emprego para a população. No entanto, como as demais formas de transacionar valores, o crédito apresenta suas desvantagens, e, em geral, relacionam-se com a assimetria de informações presente no sistema financeiro tradicional. Conforme explorado por renomados autores, como Joseph Stiglitz, as decisões de consumo e investimento são afetadas em decorrência de informações privilegiadas e elevado custo de transação presentes nesse mercado, impactando diretamente na economia (Toderó, 2002).

Os problemas de informações podem ser compreendidos com maior precisão quando considerada a possibilidade de ocorrência de fenômenos como a seleção adversa e o risco moral. A primeira ocorrência surge quando a instituição financeira não consegue identificar o caráter e probabilidade de negligência do beneficiário, em razão dos elevados custos ou impossibilidade de auferir tais conhecimentos. Já a segunda

adversidade diz respeito ao risco moral, que surge após averbação do contrato. A partir do momento em que o mutuário não age conforme esperado pela instituição credora, é plausível que o sucesso de seu empreendimento se comprometa, assim como sua capacidade de pagamento, tornando o crédito para esse segmento muito arriscado na visão das instituições (Biagioli, 2000; Toderó, 2002).

Posto que os riscos aos quais instituições credoras estão sujeitas derivam da assimetria de informações, são aplicados rígidos contratos e processos de seleção e monitoramento como tentativa de minimizar ou suprimir esse lapso, resultando em elevadas taxas de juros. Ao assumir tal configuração, o sistema financeiro torna-se hegemônico e de caráter conservador, centralizando a riqueza entre poucos e banindo diversos segmentos do acesso ao crédito (Toderó, 2002). Como consequência e sem dispor de opções, os menos desfavorecidos recorrem ao mercado de crédito informal, e acabam penalizados pelo elevado custo advindo dessa informalidade (Braga e Toneto Jr., 2000).

Essa exclusão do sistema financeiro tradicional, decorrente da falta de informações, afeta principalmente países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, uma vez que grande parte da população vive em condições insatisfatórias ou possui negócios informais. Portanto, ainda que o sistema creditício seja um importante contribuinte para o desenvolvimento das economias – seja fomentando o consumo ou investimento – ele não cumpre eficientemente seu papel (Braga e Toneto Jr, 2000).

## **1.2. Microcrédito**

Em resposta a essa hegemonia financeira e segregadora, trazida à tona pela economia capitalista, tem surgido formas econômicas alternativas que visam inserir relações de cooperação e solidariedade num cenário de fragmentação social e territorial (Coelho, 2003). Para Gaiger (2013), as instituições alternativas coexistem com o capitalismo. Porém, alimentam-se de aspirações e ideais que impelem indivíduos e a coletividade a lutarem contra a desigualdade e desumanização causada por esse último.

Uma das naturezas dessa economia mais difundida no presente é o microcrédito, que busca integrar os segmentos excluídos do sistema tradicional através da substituição das garantias reais por instrumentos de Finanças Solidária, eliminando, assim, a burocracia. As Finanças Solidárias representam a luta contra essa segregação e conceituam-se como uma forma de democratização do sistema financeiro. Dessa maneira, ao priorizar os indivíduos marginalizados e vítimas de discriminações sociais e culturais, essa nova vertente busca adequar seus produtos às necessidades básicas da população e ao fortalecimento do trabalho social (Coelho, 2003).

O microcrédito, como particularidade resultante do desenvolvimento e execução das Finanças Solidárias, tem propósito de conceder pequenos montantes em larga escala, seja para pessoas físicas ou jurídicas, mas que, condicionalmente, tenham como fonte de renda principal as vendas provenientes da realização de atividades produtivas (Coelho, 2003). Simplificadamente, o termo também pode ser descrito como empréstimos de pequeno valor concedidos a grupos de pessoas solidárias, ou a tomadores de empréstimos individuais (Servet, 2009). O caráter singular das microfinanças é compatível com as limitadas possibilidades da renda auferida pelos pobres, a qual não seria suficiente para aspirar um empréstimo no sistema tradicional.

Atualmente o microcrédito é oferecido por diversas instituições, como bancos, empresas de poupança e empréstimos, cooperativas de crédito e organizações não governamentais (ONGs), com o objetivo comum de criar oportunidades para inserção de seus beneficiários no mercado de trabalho e no processo produtivo. Os mecanismos que permitem essa concessão variam com as particularidades da entidade. Bancos e cooperativas de crédito recorrem aos depósitos de seus clientes, denotados pelo montante contido em sua posse, seguindo, portanto, os aparatos do crédito tradicional. Distintamente, as ONGs dependem de fundos de doadores, por isso concedem empréstimos menos generosos. Porém, os pequenos valores são supridos pela elevada quantidade e qualidade dos serviços sociais de acompanhamento e orientação.

A despeito de sua recente notoriedade, a gênese das finanças solidárias, da microfinança e do microcrédito remontam ao século XIX. Sua aparição exprime-se nas formas de cooperação econômica, segundo o princípio do cooperativismo – trabalho

coletivo e bem-estar individual e familiar se sobrepõem ao interesse econômico. O primeiro registro de uma cooperativa de crédito data de 1844, com a fundação da “Sociedade dos Pioneiros de Rochdale” em Manchester, Inglaterra. Em poucas décadas após a sociedade ser instaurada, e já no fim do século o cooperativismo se tornava um grande movimento social (Laville e Gaiger, 2009).

Também no século XIX, outros experimentos do gênero são conhecidos em países europeus, como Irlanda, Alemanha e Itália. Na Irlanda, o professor John Swift deu início ao florescimento dos fundos de crédito independente, que tamanha adesão, resultou na criação da Central Board para regulamentação desses. As cooperativas de crédito Raiffeisen tiveram grande sucesso na Alemanha devido à dimensão de territorialidade presente na formação dessas instituições, que totalizavam 14.500 cooperativas rurais em 1904. Os parâmetros da cooperativa Raiffeisen moldaram a Casse Rurali italiana, que teve crescimento encorajado pela igreja católica romana (Coelho, 2003).

Passado um século, um novo paradigma surgia a partir da experiência do Grameen Bank, a afamada instituição internacional de crédito popular. A rápida evolução fez do pequeno banco bengalês uma empresa social multinacional com filiais em diversos países. Foi Muhammad Yunus, economista, professor universitário na Universidade de Dacca e ganhador do Prêmio Nobel da Paz, quem deu origem ao banco, em 1976, através de seu desejo de erradicar a pobreza de seu país natal. Bangladesh enfrentava uma grave crise econômica e política, a qual resultou em sua independência do Paquistão em 1971. Após esse episódio, havia esperanças que o país alcançaria o desenvolvimento, porém tudo o que restou da guerra foi a fome (Nery, 2015).

Diante desse cenário, o professor Yunus buscou o porquê de os bancos não emprestarem dinheiro aos pobres. Suas conclusões iniciais foram que o sistema bancário é preconceituoso em relação aos pobres por esses não possuírem garantias reais, e que também era preconceituoso em relação às mulheres. Foi então que ele decidiu conceder empréstimos pessoais de 27 dólares através de sua instituição recém-criada, sendo seu foco principal as mulheres e população de baixa renda (Yunus, 2010).

Para a surpresa de todos, o modelo sem burocracia apresentou nível de inadimplência beirando 0% no ano de criação do banco, e assim vem se mantendo. Como mostra Daley-Harris (2007 apud Higgins e Neves, 2015), décadas depois, em 2007 o Grameen já contava com sete milhões de clientes e inadimplência de apenas 2%, tirando 250 mil pessoas da linha da pobreza por ano. Em 2010, Muhammad Yunus lançou um livro contando a história de seu empreendimento, ressaltando seu êxito:

Atualmente o Grameen socorre 12 milhões de indivíduos, ou seja, um décimo da população de Bangladesh. Estudos independentes destacaram que no espaço de dez anos o Grameen conseguiu tirar da pobreza um terço dos indivíduos a quem emprestou dinheiro e elevar outro terço acima do limite de pobreza (...). (Yunus, 2010, p. 40)

Potenza (2012) revela alguns dados estatísticos que comprovam a eficiência do Banco Grameen: a taxa de pobreza, em Bangladesh, apresentou redução de 74% em 1973 e 1974 para 57% em 1991 e 1992 e para 45% no ano de 2005. Embora a pobreza ainda seja elevada no país, essa vem diminuindo cerca de 1% ao ano, acompanhada de baixa taxa de desigualdade e rápido crescimento econômico.

O modelo de instituição creditícia desenvolvido pelo Professor Yunus, reconhecida como uma empresa social, se assemelha com qualquer outra empresa oferecendo produtos, serviços, dispondo de clientes, mercados, despesas e receitas. No entanto, a principal diferença que a conduz ao sucesso é, na verdade, seu objetivo: criar oportunidades e benefícios para as pessoas cuja vida ela afeta, fazendo desse um projeto autossustentável ao retornar o lucro para a própria empresa e para a comunidade (Potenza, 2012).

Há uma linha tênue entre a concessão do microcrédito e de subsídios, governamentais ou não. Ambas buscam ajudar a população de baixa renda, desempregada e excluída do sistema bancário e financeiro tradicional. Contudo, é imprescindível compreender o instante em que se tornam antagônicos. O subsídio, geralmente concedido pelo Estado, caracteriza uma caridade, que acaba por mascarar a pobreza e amarra o indivíduo. Isso ocorre porque o pobre só tem direito a tal “benefício” provavelmente por estar desempregado e apresentar renda ínfima ou nula; e, por tê-lo, não é classificável a receber um empréstimo (Yunus, 2010).

A caridade não é uma solução, nem a longo nem a curto prazo. O mendigo passará para o carro seguinte e recomeçará. E acabará por voltar a ver seu “benfeitor”, de quem agora precisa para viver. Se queremos sinceramente resolver o problema, precisamos nos envolver e dar início a um processo. Se o doador abrisse a porta do carro para perguntar ao mendigo qual é o seu problema, como se chama, que idade tem, se solicitou assistência médica, qual é sua formação, então poderia talvez prestar-lhe um serviço. Mas entregar-lhe uma nota é implicitamente convidá-lo a sumir de vista para nos deixar em paz. (Yunus, 2010, p. 38)

Em contrapartida, o microcrédito oferece uma oportunidade ao beneficiário, uma vez que os incentiva a tirar o sustento próprio de algo que eles já têm, o instinto.

[...] assim como um grande investimento gera dividendos, uma entrada de dinheiro, por modesta que seja, estimula a criatividade e o dinamismo econômico. Graças ao microcrédito, os pobres podem conjugar seu capital humano e seu capital monetário para melhorar as condições de vida e o mundo que os cerca. (Yunus, 2000, apud Moreno, 2015, p. 32)

Como relata o próprio banqueiro dos pobres, ele buscava oferecer a população de seu país oportunidades fundamentadas nesse cooperativismo e solidariedade. Para isso, observou os equívocos cometidos pelos bancos tradicionais, adequando-os ao novo produto que seria futuramente oferecido pelo Grameen (Yunus, 2010).

A primeira observação e que repelia grande parte dos pobres antes mesmo de cogitarem um empréstimo era a exigência de pagamento em uma única parcela. Tomando seus vizinhos e familiares de experiências vividas, a intuição era de que se tornariam inadimplentes ao postergarem o pagamento, arcando com enormes encargos de juros. Para reverter esse problema, a medida adotada pelo Grameen foi a implantação pequenas prestações diárias, permitindo o controle de pagamento por parte do Grameen e, igualmente, desenvolvendo disciplina entre as pessoas que nunca fizeram empréstimo, lhes demonstrando que podem sim pagá-los (Yunus, 2010).

Contatou-se também que a constituição de pequenos grupos oferecia maior segurança e amparo ao beneficiário pobre do que se esse se dirigisse sozinho à porta de um banco. Como condição para receber o empréstimo, o candidato deveria integrar um grupo de pessoas que não fossem aparentadas e tivessem a mesma mentalidade e *status* socioeconômico, sendo que a proposta de cada novo integrante deve ser



aceita por todos. Para Yunus, a sensação de fazer parte de algo estimula e gera confiança (Yunus, 2010).

Ademais, para conquistar essa população, seguiu-se impreterivelmente a premissa de que todos os financiados eram honestos. O fato inicial de que a confiança substituiu as garantias reais, as quais essa população não possui, e a ausência de contratos e outros aparelhos judiciários, livrando-os de toda burocracia, afeiçoaria o indivíduo ao produto. Pode parecer ingênuo, mas aí está o papel fundamental do grupo: a força coletiva se empenha para localizar o inadimplente (Yunus, 2010).

Os bancos tradicionais constroem sua instituição de crédito baseados na desconfiança. Mas para nós “crédito” significa “confiança”. Recuamos até os fundamentos da relação credor-financiado e construímos uma instituição baseada na confiança mútua, sem a intervenção de nenhum instrumento jurídico. (Yunus, 2010, p. 154)

Diferentemente dos demais bancos comerciais, o banco dos pobres não recrimina maus pagadores, tarjando-os como devedores. Atenciosamente, procura compreender o problema e solucioná-lo, com afimco em direcionar o beneficiário e seus dependentes para uma melhor condição de vida. Essa relação de proximidade com a comunidade e seus clientes é imprescindível para que a instituição de microcrédito floresça (Yunus, 2010).

Outra prática peculiar que indica essa proximidade e sua importância é a de funcionários irem buscar clientes, não esses visitarem a agência. A ideia do economista surgiu ao perceber a aversão que agências bancárias causavam nos pobres, transmitindo tom ameaçador, de fomentador de dívidas e cobranças (Yunus, 2010). Esse entendimento que Yunus tem a respeito dos bancos físicos é confirmada por Porto Almeida (1992 apud Preisler, 2003, p.53):

A imagem dos bancos e banqueiros, que se confundem, já nasceu comprometida, desde o surgimento deste tipo de instituição no século XV. [...] no século XVIII, por ocasião da revolução industrial, o banqueiro passou a passar uma imagem de um agiota avarento que pouco se preocupava com a sociedade e muito com o recebimento do juro ao fim do período contratado. [...] no século XX, a imagem se transformou na de um especulador bem-sucedido, poderoso, rico, [...] à custa da miséria de significativa parcela da sociedade.

Percorrido todos esses passos, ainda havia um árduo caminho pela frente, sendo que a próxima etapa consistia numa avaliação final. Individualmente, cada requisitante deveria submeter-se a esse teste, garantindo que só os mais necessitados e determinados integrariam o Grameen. E, caso todos os integrantes fossem aprovados, Bangladesh passaria a contar com cinco novos empreendedores. Dessa forma, o processo como um todo configura a avaliação da coragem e ambição por parte do pobre, precisamente para que as quantias concedidas não se tornem meros subsídios (Yunus, 2010).

O próximo passo, que fez de sua experiência memorável, condiciona a perpetuação dos empreendimentos, não só para os clientes do Banco Grameen, mas para todas as outras instituições e experiências que aplicam essa ferramenta: instituiu-se um processo de acompanhamento aos beneficiários através do que eles denominaram de “centros” locais de reuniões de cada grupo. Tal proposição teve escopo de tornar esses ambientes lugares seguros e de livre discussão entre membros, promovendo transparência, evitando riscos de corrupção e aumentando a responsabilidade em nível individual e coletivo. Ali poderia ser feito desde movimentações monetárias, negociações de empréstimos como resolução de pendências ou novas aprovações (Yunus, 2010).

Por fim, com todo o processo esboçado e planejado, o professor deu início às concessões de pequenas quantias e em reduzida escala. Com o tempo e evolução dos colaboradores do Grameen, foi possível o aperfeiçoamento dos métodos e procedimentos adotados, alcançando o que hoje entende-se por microcrédito. Da *expertise* nas microfinanças inclusivas conquistada por Yunus, advieram os princípios metodológicos que permitiram o alcance de seus desígnios. Entre esses, evidencia-se a cobrança de juros reais, a busca de manutenção de uma relação personalizada com o cliente, garantias baseadas na formação dos grupos solidários, captação de poupança dos usuários e oferta de créditos renovados e graduais, com prazos curtos de amortização (Coelho, 2003).

A partir de sua experiência, o Banco dos Pobres inspirou a criação de instituições e programas similares ao redor do mundo todo, sobretudo em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, como é o caso da Ásia, América Latina e África. A maior

necessidade dessas regiões decorre da composição dos habitantes, que se qualificam como possíveis clientes por apresentarem acesso limitado ou nulo ao sistema financeiro tradicional. Sendo assim, a imersão na esfera do microcrédito viabiliza a geração de emprego e renda, tendo como pretensão a democratização do crédito e, mais adiante, a erradicação da pobreza.

No entanto, nem toda oferta do microcrédito tem o êxito em retirar o pobre beneficiário da miséria. O Programa de Geração de Renda (PROGER) representa uma experiência promovida pelo Governo Federal Brasileiro e evidencia o instante em que o esse instrumento distancia-se de seus princípios.

O PROGER como iniciativa pública pode ser considerado fomentador do microcrédito por introduzir inovações em relação as linhas de financiamento tradicionais ao se espelhar em experiências internacionais, como a descentralização operacional, introdução de critérios de controle social e programas de treinamento e acompanhamento dos beneficiários (Braga e Toneto Jr, 2000).

O intento do Projeto era positivo: estimular emprego e renda e promover a descentralização setorial e regional através das micro e pequenas empresas com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Um destaque era o estímulo ao desenvolvimento da infraestrutura, que propiciaria o aumento da competitividade no país. Contudo, a regressão do programa teve início com a delegação das análises e reconhecimento do risco das linhas de crédito aos agentes financeiros – Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Caixa Econômica Federal (CEF) – todos vinculados ao Sistema Financeiro Tradicional. Essa medida passou a incorporar o programa como um produto dentro dos bancos comerciais, fazendo com que a análise das demandas e liberação de recursos seguissem os trâmites análogos ao de qualquer outra linha de crédito (Braga e Toneto Jr, 2000).

Os contratempos na operacionalização do PROGER, ao associá-lo a bancos comerciais, foram a centralização do poder por parte do agente financeiro, falho potencial de desenvolvimento de qualificação técnica e gerencial, acompanhamento insuficiente, elevada seletividade da clientela, excesso de burocracia e exigência de garantias e acanhada vinculação dos empreendimentos financiados às necessidades

do mercado, levando-os a ruína. A despeito dos percalços, há uma ressalva para o programa quando aplicado pelo BNB, visto que esse não atua como um típico banco comercial. Por ter suas ações similares à uma agência de desenvolvimento regional, apresentou índices satisfatórios frente aos apresentados pelo Banco do Brasil e Caixa – mas suas taxas de inadimplência ainda eram mais elevadas do que as de experiências internacionais de microcrédito (Braga e Toneto Jr, 2000).

Desse modo, a decisão governamental de envolver bancos comerciais, que atendem o princípio do sistema financeiro tradicional, fez do PROGER uma iniciativa de microcrédito capitalista. O que ainda distingue o crédito oferecido pelo programa dos créditos habituais desses bancos eram os pequenos montantes, que mesmo assim exigiam alguma garantia.

Essa influência capitalista sobre instituições alternativas é descrita por Gaiger (2008, p. 59-60) ao identificar o caráter aniquilador desse sistema:

[...] a ideia de que tudo o que existe sob a égide do capitalismo por ele é determinado e com ele se confunde. [...]. Nessa ótica, iniciativas originalmente dotadas de outra natureza, da mesma forma que os resquícios de formas de vida econômica anteriores, quando podem ser convertidos em elementos funcionais ao sistema terminam por ele absorvidos; do contrário, acabam fatalmente eliminados.

Tem-se, com isso, efeito contraproducente gerado pelo microcrédito capitalista, que, assim como qualquer outro sistema capitalista, apresenta interesse singular na usura, não carregando nenhum valor social. Para Jayo, Pozzebon e Diniz (2009), esse caso configuraria uma abordagem minimalista, na qual o programa está interessado apenas na concessão do crédito ao supor que isso bastaria para suscitar a geração de renda.

Em contrapartida, existem outras demais experiências de microcrédito que, como o Grameen, são baseadas na solidariedade e cooperação. Jayo, Pozzebon e Diniz (2009) consideram essas como integradas por ressaltarem a importância de ações orientadas ao desenvolvimento, oferecidas concomitantemente ao microcrédito, como meio de enfrentamento às causas estruturais da pobreza. Como mostra o quadro 1 abaixo, a abordagem integrada se coloca como uma evolução às demais

modalidades, que falharam em suas tentativas de inserir as camadas mais baixas da população no acesso ao crédito.

Para Faustino (2010 apud Moreno, 2015), o microcrédito popular se caracteriza por iniciativas solidárias que operam com foco na valorização do ser humano, conscientizando a população de seu papel de protagonista em atividades que promovem melhorias em seu universo. Desse modo, indivíduos antes sufocados devido à falta de pequenos montantes monetários, vivenciam um novo sentido e conquistam autoestima, além de encontrar a possibilidade de desenvolver seus talentos.

**Quadro 1.** Evolução dos produtos financeiros

<b>Produto</b>	<b>Experiência</b>	<b>Orientação</b>
<b>Crédito</b>	Bancos Comerciais	O crédito oferecido por bancos comerciais tem como finalidade principal a obtenção de lucros; então, devido a falta de garantias, a população de baixa renda é excluída desse sistema tradicional
<b>Microcrédito capitalista</b>	PROGER	O microcrédito capitalista possui uma abordagem minimalista, supondo que a democratização do crédito por si só resulta em melhores qualidades de vida
<b>Microcrédito solidário</b>	Grameen Bank	O microcrédito solidário e popular tem a premissa de integração: além do crédito, é preciso disponibilizar também ações orientadas ao desenvolvimento, como treinamentos e supervisão

Fonte: Elaboração própria

No Brasil atual existem centenas de iniciativas baseadas nos instrumentos das microfinanças solidárias, porém, ao mesmo tempo, existem limitações que tornam tais ações de desenvolvimento insuficientes. A vulnerabilidade aparece principalmente no âmbito das políticas públicas<sup>2</sup>, devido à sua execução desarticulada e fragmentada, além das inconstâncias causadas pelo governo e insuficiência de leis que embasem atividades fundamentadas na Economia Solidária (Moreno, 2015).

Segundo Moraes (2013 apud Moreno, 2015), o próprio *modus operandi* dessas iniciativas é marcado por fragilidades intrínsecas, como a falta de ações integradas e

<sup>2</sup> As dificuldades enfrentadas no âmbito público estão melhor detalhadas no Capítulo 2.

transversais, somada ao baixo volume de recursos destinados aos empreendimentos. Ademais, a falta de avaliação e monitoramento limitam potenciais avanços em favor dos objetivos de geração de trabalho e renda, e da própria existência de diversas experiências.

Visto que o microcrédito restrito a seu caráter financeiro não sucede, necessariamente, na redução da pobreza e desigualdade, o tópico seguinte busca discutir essa prática associada a outras de cunho social. Com isso, apresentar-se-á uma ramificação do microcrédito, mais especificamente, seu caráter popular como solução plausível para enfrentamento a essa condição de pobreza.

### **1.3. Microcrédito solidário**

O microcrédito compõe um dos instrumentos das microfinanças e, conseqüentemente, das Finanças Solidárias. A finalidade do estudo e desenvolvimento que originou essa ramificação é fornecer apoio e crédito para projetos produtivos de indivíduos, empreendimentos e comunidades marginalizadas do sistema financeiro (SENAES, 2015, apud Moreno, 2015). Porém, essa ferramenta isolada promove apenas a democratização do acesso aos produtos financeiros, de modo que as finanças possam satisfazer a necessidade de todos (Muñoz, 2009).

Ademais, como mostra Gaiger (2008), os empreendimentos em geral, dentre os quais estão incluídos os microempreendimentos, possuem inúmeras fragilidades econômicas. As mais comuns são a falta de experiência nos negócios, desconhecimento dos mercados, oferta de produtos e serviços expostos à grande concorrência e sem contarem a seu favor com maior agregação de valor, ausência de estudos de viabilidade e dependência de instituições de apoio. Por isso, garantir o acesso ao crédito é apenas uma das condições para amparar essa população exilada. Da mesma forma, Servet (2009) discorre sobre a insuficiência da concessão de crédito:

A concessão de crédito não é suficiente para que se desenvolva o microempreendedorismo; é preciso destinarem-se grandes recursos ao acompanhamento profissional, técnico e comercial, dos criadores de

atividade, desencastar-se do seu meio de vida, dar-lhes capacidade para se informarem melhor sobre a clientela potencial e desenvolver-se a proteção social institucionalizada para que diminua a pressão social exercida sobre as microempresas. (Servet, 2009, p. 246)

O crédito social, ou microcrédito, como instrumento das Finanças Solidárias, deve ter suas ações e relações baseadas em princípios da Economia Solidária. Por esse termo entende-se atividades econômicas com vínculos de reciprocidade e cooperação, organizadas por trabalhadores de maneira solidária e coletiva. Além desses elementos centrais de identidade comum, a autogestão também define essa economia alternativa, e se resume, sobretudo, no conjunto de práticas sociais caracterizadas pela natureza democrática das tomadas de decisão, propiciando a autonomia de um coletivo. Isto é, é um exercício de poder compartilhado (Albuquerque, 2004 apud IPEA, 2016).

As iniciativas fundamentadas nos princípios dessa economia alternativa foram denominadas genericamente de Empreendimento Econômico Solidário (EES) (IPEA, 2016). Essas são capazes de reverter a lógica capitalista ao opor-se à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano sujeito e finalidade da atividade econômica (SENAES, 2015, apud Moreno, 2015). Analogamente, para Laville e Gaiger (2009) as atividades baseadas na Economia Solidária apresentam a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e ganho material, evidenciando sua segregação das práticas capitalistas.

Desse modo, a história de associações que aplicam ferramentas alternativas, como o microcrédito, exprime tanto a impossibilidade, como a renúncia às instituições e experiências que aniquilam os vínculos sociais. Apesar desse distanciamento criado, Morais (2013 apud Moreno, 2015, p.23) considera que essa prática não constitui um novo modelo de desenvolvimento:

Suas atividades e mecanismos de funcionamento acontecem internamente ao modelo de produção e consumo capitalista, embora apresente algumas diferenças em sua forma de produzir e consumir (autogestão, trocas e feiras solidárias etc), o que as torna – aí, sim – como experiências alternativas e, portanto, um elemento para se pensar outras formas de produção e de consumo.

Assim como empregado pelo Grameen Bank, as conseguintes experiências de microcrédito se distinguem de todas as anteriores por adotarem novas tecnologias operacionais e financeiras específicas, facilitando o acesso ao crédito pela camada excluída do sistema financeiro tradicional. Além disso, seus alicerces estão baseados na cooperação, autogestão, solidariedade e viabilidade econômica. A cooperação indica a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades e implica na propriedade coletiva dos meios de produção, garantindo a autonomia dos empreendimentos uma vez que os próprios trabalhadores são detentores do capital. Com isso, os envolvidos partilham dos resultados e responsabilidades diante das dificuldades (Gaiger, 2013).

Tão importante quanto se mostra a autogestão operária, principalmente por democratizar a administração dos empreendimentos, eliminando possibilidades de hierarquização. Sua prática consiste em definições estratégicas e cotidianas, assim como a coordenação das ações nos seus diversos graus de interesse. Isso mostra a constante preocupação com a educação dos beneficiários e perpetuação de seus negócios por parte das instituições (Gaiger, 2013).

A preocupação com a justa distribuição dos resultados, melhoria da condição de vida dos participantes e bem-estar dos trabalhadores e consumidores fica por conta da solidariedade. Essa é manifestada no envolvimento cotidiano de seus membros, na socialização dos recursos produtivos e na adoção dos princípios de equidade, transcendendo o individualismo (Gaiger, 2013):

Somente uma teorização que considere a solidariedade como um princípio de ação coletiva independente, distinto do agir instrumental e estratégico, tem condições de compreender a originalidade do que se expressa nas práticas associativas. A solidariedade remete à liberdade positiva de se desenvolverem práticas cooperativas e ultrapassa, pela busca das condições intersubjetivas da integridade pessoal, a lógica do interesse (Chanial e Laville, 2009 apud Gaiger, 2013, p.213).

Do mesmo modo, se faz necessária a viabilidade econômica dos empreendimentos coletivos, das prestações de serviços, beneficiamento, concessão de crédito, comercialização e consumo das produções locais. Porém, todos esses princípios, o de cooperação, autogestão, solidariedade e viabilidade econômica, estão vinculados;



sendo que a ausência de um deles implica numa falha aplicação do crédito social (Gaiger, 2013).

Ainda quanto à elucidação do microcrédito fundamentado na Economia e nas Finanças Solidárias, as diversas instituições microfinanceiras de proximidade que o disponibilizam, também oferecem outros produtos e serviços financeiros a fim de acelerar a democratização do acesso ao crédito e inserção dessa população no sistema financeiro. Os demais serviços oferecidos com base nas microfinanças vão desde poupanças e seguros até serviços de penhora, empréstimos para habitação e cartões de crédito.

Para chegar até o mutuário, as iniciativas microcreditícias podem manifestar-se na forma de organizações de atuação direta ou através de agentes de intermediação que captam linhas de Bancos Públicos, por exemplo, e oferecem capacitação e apoio técnico a esses microempreendedores.

As entidades que possuem contato direto com o beneficiário abrangem desde Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), que são constituídas na forma de pessoa jurídica e sem fins lucrativos, de modo que os resultados são reinvestidos para a promoção do desenvolvimento econômico-social e de combate à pobreza; até instituições de iniciativa privada, como sociedades de crédito e instituições financeiras tradicionais, e instituições públicas, através da concessão de linhas específicas de crédito (Santos et al., 2015). No entanto, no geral, ONGs e OSCIPs que promovem a concessão do microcrédito, apesar de também estarem sujeitas à corrupção, carregam com maior afincamento o valor de justiça, assim como o ensejo de humanização, unificando as relações econômicas e sociais. As demais instituições, apesar do objetivo inicial, acabam, com frequência, sendo englobadas pelo sistema capitalista que convivem.

Ao assumir todas essas variações e atuar em diversas áreas, o microcrédito pode ser caracterizado por seu dinamismo, que permite não só a ascensão econômica, mas também evidente progresso em outros fatores que influenciam na qualidade de vida, como saúde, educação, formação e defesa dos direitos. Além disso, também se fundamenta como mecanismo eficaz na luta contra outras inúmeras formas de

exclusão e, ao estender-se comunidade afora, a solidariedade instaurada por essas iniciativas estimula sistemas mais amplos de reciprocidade (Laville e Gaiger, 2009).

Essa pluralidade também é evidenciada através dos diferentes setores e geografias em que atuam as experiências microcreditícias. Geralmente desenvolvem-se em setores de baixo interesse para o mercado capitalista, mas de extrema importância social e local, e em comunidades marginalizadas (Laville e Gaiger, 2009). Quanto à geografia, verifica-se iniciativas nas mais distintas regiões do mundo, apesar de concentrarem-se principalmente pelo Terceiro Mundo:

A década de 1990 foi marcada pela proliferação e pela consolidação de experiências no campo das microfinanças. Essas inúmeras experiências, disseminadas principalmente pelo Terceiro Mundo — com destaque para o Grameen Bank, em Bangladesh; o Banco Rakyat, na Indonésia; o Banco para Agricultura e Cooperativas Agrícolas, na Tailândia; o Banco Sol, na Bolívia; entre outros —, começaram a mostrar resultados expressivos e a despertar interesse por parte de pesquisadores e formuladores de políticas públicas. No campo das ciências sociais, os trabalhos sobre microfinanças foram (e ainda são) verdadeiros laboratórios para estudar temas como a coesão de grupos sociais, mudanças institucionais, capital social e, em menor escala, diferentes modalidades de crédito em diferentes sistemas produtivos. (Abramovay e Junqueira, 2005 apud Moreno, 2015)

Com maior foco nos países e continentes periféricos, as instituições microfinanceiras de proximidade se tornaram importante alternativa de acesso ao crédito, como discutido previamente. A maioria da clientela é composta por micro e pequenos empreendedores, na ânsia de fugirem dos mecanismos formais e informais, que, por não terem sido criados para atender às necessidades dessa população, exigem demasiada formalidade ou encargos.

Além do desejo do indivíduo, essas iniciativas solidárias estimulam os tomadores a se tornarem empreendedores e alcançarem a independência. Como forma de perpetuação dos empreendimentos, as entidades também desenvolvem a associação entre a comunidade, revelando a capacidade, antes dormente, desses indivíduos ao se unirem:

[...] no caso de empreendimentos associativos isso equivale, primordialmente, a saber respeitar as características e (com isso) explorar as virtudes da comunidade de trabalho, núcleo vital dos empreendimentos, potencializando as forças geradas pela união dos membros. Em outros termos, significa valer-se do fato de que um elemento comunitário, de ação e

gestão conjunta, cooperativa e solidária, presente no interior dessas unidades econômicas efeitos tangíveis e concretos sobre o resultado da operação econômica. (Gaiger, 2008, p.61)

Para Gaiger (2008), a dimensão empreendedora é indissociável da dimensão solidária dos empreendimentos. Se fazem essenciais a união e inteligência coletiva dos trabalhadores como recursos para que os negócios lidem com a realidade contingente, garantindo sua sobrevivência. A finalidade dessas ações não é promover a acumulação de capital e crescimento individual, e sim prover e reproduzir os meios de vida dos trabalhadores associados, exercendo a criatividade, cultivando vínculos não-utilitários e promovendo o aprendizado coletivo.

Somada a essa crença, as instituições microfinanceiras zelam por relacionamentos a longo prazo com seus clientes, de forma a acompanhar a evolução dos empreendimentos e oferecer serviços financeiros adequados a cada fase do desenvolvimento do negócio. Ações como essa encorajam os indivíduos a auferirem autonomia e independência, aumentando a popularidade e desenvolvendo a concepção de que o microcrédito corresponde a um importante instrumento para promoção do desenvolvimento econômico e social (Lima, 2006).

Sua popularização e multiplicação também se deve ao fato de emergirem internamente à comunidade, envolvendo, assim, referências culturais e lideranças genuínas. Do mesmo modo, as lutas sociais vividas por essa sociedade introduzem maior empenho e, conseqüentemente, melhores resultados econômicos e políticos. Após a adesão às Finanças Solidárias via microcrédito, o caráter comunitário é amplamente difundido pelo desenvolvimento integrado dos territórios, criando um sentimento em comum entre os moradores e seus arredores (Gaiger, 2013).

Portanto, num cenário mundial de carência de garantias reais e vulneráveis históricos de renda da população, o microcrédito surgiu como uma inovação necessária. Ele se destacou pela atenção singular direcionada aos indivíduos excluídos pelo sistema financeiro tradicional, pela substituição de garantias reais por colaterais tão eficientes como, pela proximidade do agente creditício do cliente e manutenção da taxa de juros em patamares que possibilitem a sustentabilidade da instituição (Santos et al., 2015).

Laville e Gaiger (2009, p.162) sintetizam o espírito do microcrédito segundo uma economia solidária ao afirmar que o imprescindível é:

[...] valorizar as experiências que nascem da auto-organização, que defendem os direitos básicos do trabalho e que apostam na associação e em soluções coletivas, formando o lastro de experiências e de convicções morais e intelectuais indispensáveis à construção de novos rumos para a sociedade.

Para reverberar essa alma solidária, o microcrédito está embasado em práticas essenciais, que foram sendo aprimoradas através de erros e acertos vivenciados e compartilhados entre as demais entidades. Atualmente, seus alicerces se resumem a instauração de grupos para contração de empréstimos solidários, ação que auxilia a mitigar os problemas criados pela seleção adversa ao prover incentivos similares a todos os beneficiários do grupo, atenuando a assimetria de informações; ao incentivo dinâmico e progressivo, o qual permite avaliação da capacidade dos indivíduos em honrar seus compromissos; ao estabelecimento de um cronograma de curto prazo para o pagamento, com objetivo de disciplinar os beneficiários; e a substituição das garantias reais, representada pelos fundos de emergência que fornecem seguros nos casos de inadimplência, morte e outros casos (Santos et al., 2015).

Desse modo, a experiência do microcrédito exprime a impossibilidade de muitos trabalhadores viverem segundo as oportunidades oferecidas pelo mercado (Laville e Gaiger, 2009). Com isso, os instrumentos financeiros promovidos por essas iniciativas solidárias possibilitam remodelação da economia, que se configura, agora, como modo de organização de vida, para além do sistema natural de acumulação, maximização dos lucros e competição por recursos, consumidores e mercados (Moreno, 2015).

Visto isso, a sequência deste trabalho apresentará experiências de microcrédito, tanto no âmbito nacional como internacional, a fim de entender o porquê do sucesso de uns e fracasso de outros.

## 2. Experiências microcreditícias em âmbito global

O projeto desenvolvido por Muhammad Yunus, que mais tarde deu origem ao Grameen Bank, difundiu-se mundo afora e desencadeou milhares de iniciativas semelhantes, estando, atualmente, presente tanto em países em desenvolvimento como naqueles já desenvolvidos e industrializados.

No início dos anos 80, as políticas de concessão de crédito voltadas aos micro e pequenos empreendedores existentes eram em sua maior parte do Estado, por meio de bancos estatais (Lima, 2006). Já nos tempos atuais, as iniciativas privadas passaram por um período de intenso desenvolvimento, principalmente pelo destaque dado pelo posicionamento das Nações Unidas, que defendeu o microcrédito como instrumento de alívio à pobreza. Do mesmo modo, a ONU também abriu espaço para o debate de setores financeiros inclusivos ao proclamar 2005 como o Ano Internacional do Microcrédito (Jayo, Pozzebon e Diniz, 2009).

Desse modo, o microcrédito tomou importância significativa, como mostra a pesquisa feita pela instituição internacional denominada Microcredit Summit Campaign, que compilou as informações referentes a essas atividades sociais e seus beneficiários nas diversas regiões do mundo, chegando ao seguinte resultado:

**Tabela 1.** Distribuição Regional das Experiências Microcreditícias, em 2007

<b>Região</b>	<b>Beneficiários (milhões)</b>	<b>Instituições de Microfinanças (n°.)</b>
<b>África Subsaariana</b>	9,2	935
<b>Ásia e Pacífico</b>	129,4	1 727
<b>América Latina e Caribe</b>	7,8	613
<b>Oriente Médio e Norte da África</b>	3,3	85
<b>América do Norte e Europa Ocidental</b>	0,2	127
<b>Leste Europeu e Ásia Central</b>	4,9	65
<b>Total</b>	154,8	3 552

Fonte: Daley-Harris (2009 apud Afonso, 2010, p.30)

A partir dos dados apresentados na Tabela 1, fica explícito a insignificante participação dos países desenvolvidos nas iniciativas solidárias que aplicam as

microfinanças como medida de combate à pobreza e à exclusão financeira e social. Em contrapartida, a evolução verificada nos países em desenvolvimento segue lógica reversa, registrando inúmeras instituições e indivíduos beneficiados por essas.

O microcrédito pode não ser a solução para os problemas associados à pobreza e desemprego que afligem os países desenvolvidos (Gutiérrez-Nieto, 2006, apud Afonso, 2010). Mas, como medida tratativa, não deixa de ser um instrumento adaptável à realidade dessas regiões, principalmente por basear-se em princípios universais (Afonso, 2010). Ademais, existem muitas pessoas desempregadas que, apesar de não terem recursos financeiros, têm ideias, energia e são capazes de criar seus próprios negócios (Nowak, 2008, apud Afonso, 2010). Para a Agência Nacional de Direito ao Crédito (ANDC)<sup>3</sup>, especificamente na Europa – composta em grande parte por países desenvolvidos – o microcrédito assume papel na luta contra a ‘subsidiodependência’ ao encorajar e apoiar iniciativas de autoemprego.

Portanto, as divergências apresentadas na aplicação do microcrédito são, sobretudo, que em países com elevado IDH, os beneficiários buscam iniciar seu próprio negócio; enquanto que em países menos desenvolvidos, o crédito social pode até assumir papel de consumo básico das famílias.

Nowak (2008, apud Afonso, 2010) apresenta algumas diferenças no enquadramento do microcrédito em países desenvolvidos e em desenvolvimento, sendo que, de início, ressalta-se o irrelevante nível de empreendimento nos desenvolvidos contra sua substancial dominância nos países pobres. Em seguida, são retratadas as relações de proximidade, que desempenharam papel fundamental na redução de riscos e custo operacional em regiões emergentes. Porém, essa relação é dificultosa em locais desenvolvidos, devido a dispersão da clientela e fragilidade das relações sociais. Por fim, está a precária rede bancária de países em desenvolvimento, principalmente em áreas rurais, propiciando o desenvolvimento de soluções alternativas, como o microcrédito; contrastando com a densa e competitiva rede bancária dos demais.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.microcredito.com.pt/mais-informacao/kit-pedagogico/conceito-e-metodologia-do-microcredito/33>>. Acesso em novembro de 2017.

O quadro abaixo procura aperfeiçoar a visualização das divergências entre países em desenvolvimento e desenvolvidos:

**Quadro 2.** Divergências da aplicação do microcrédito em países Emergentes e Desenvolvidos

	<b>Emergentes</b>	<b>Desenvolvidos</b>
<b>Nível de empreendimentos</b>	Altos índices de desenvolvimento de empreendimentos solidários a partir do microcrédito	Apesar de ser a principal finalidade do microcrédito em países desenvolvidos, a quantidade de empreendimentos fundados é insignificante frente à de países emergentes
<b>Relações de Proximidade</b>	Possuem papel fundamental para redução dos riscos e custos operacionais	Dificuldade de criar vínculos, visto a fragilidade das relações sociais e dispersão da clientela
<b>Rede de Bancos Comerciais</b>	A precária rede bancária, principalmente em áreas rurais e periféricas, favorece o desenvolvimento das finanças alternativas	Densa e competitiva rede bancária, o que dificulta a inserção do microcrédito

Fonte: Elaboração própria

De maneira geral, a secessão de regiões emergentes e desenvolvidas implica em distintas experiências de microcrédito e microfinanças. Pormenorizando, cada comunidade praticante dos princípios solidários e a complexidade das situações têm levado à procura de diferentes implementações da ferramenta do crédito social. Dessa maneira, as particularidades de cada cultura e país ampliam essa distinção e demandam uma nova adaptação desse instrumento.

Sendo assim, os casos apresentados a seguir evidenciam que a eficácia do microcrédito como mecanismo de enfrentamento à pobreza e à exclusão financeira e social está diretamente associado a como as características locais o moldam.

## **2.1. Iniciativas Internacionais**

### **2.1.1. Portugal**

Em Portugal, a experiência pioneira na concessão de crédito foi a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), uma empresa privada sem fins lucrativos fundada em dezembro de 1998 por centenas de pessoas interessadas em promover

desenvolvimento semelhante ao que o Grameen Bank proporcionou em Bangladesh. Através do microcrédito, a iniciativa busca fomentar a inserção social de pessoas com dificuldades financeiras ou excluída do sistema tradicional (ANDC, 2010 apud Afonso, 2010).

O desenvolvimento do programa ocorreu junto ao Banco Comercial Português e ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), e, a partir de 2005, outros atores passam a compor o leque de agentes (Centeio, 2008 apud Afonso, 2010). Para estimular o potencial eu-empendedor dos cidadãos, foi desenvolvido uma estratégia dividida em dois blocos: o primeiro, denominado de “Microcrédito e Empreendedorismo”, dispõe de um enquadramento teórico que contém informações e reflexões a respeito do tema; em seguida, os “Materiais Pedagógicos e Atividades” são propostas de aprendizagem através da educação não formal e de experiências, reais ou simuladas, que os permitam desfrutar de seu potencial criativo e refletir sobre essa experiência pessoal e profissional<sup>4</sup>.

A fim de avaliar o impacto do microcrédito, e das ações complementares a ele, como instrumento de luta contra a pobreza e o desemprego em Portugal, o IEFP publicou um estudo realizado em 2007. Utilizando parte dos beneficiários como amostra, o estudo concluiu que as dificuldades de acesso ao crédito tradicional resultam de elevados custos de transação e falhas de mercado. No que diz respeito a eficácia do instrumento, concluiu-se que o microcrédito proporcionou melhoria do rendimento monetário líquido do beneficiário, considerado a melhoria mais relevante para a maioria deles, seguido pela criação do próprio emprego e aumento da autoestima. Outro resultado significativo indicado pela pesquisa foi que 60% assumiu a impossibilidade de avançar com os projetos se não tivessem recorrido ao microcrédito (Mendes, 2007 apud Afonso, 2010).

Portanto, tem-se que a experiência proporcionada pela ANDC em Portugal trouxe, além da satisfação das necessidades, um crescente reconhecimento, a nível macro e micro, e ampla disseminação do microcrédito, de modo que outras instituições locais o adotassem. Com isso, a ferramenta, antes desconhecida, permitiu redução da

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.microcredito.com.pt/mais-informacao/kit-pedagogico/sobre-o-kit/32>>. Acesso em novembro de 2017.



posição de vulnerabilidade das pessoas perante o mercado, que se encontrava em contexto de severa crise desde 2008.

### **2.1.2. Colômbia<sup>5</sup>**

Como evolução da Caixa de Poupanças do Círculo de obreiros de Bogotá, originou-se o Banco Caja Social, hoje presente em mais de 63 cidades e com vasta gama de clientes, atingindo aproximadamente 4,8 milhões de colombianos. A Empresa da Fundação Social exerce atividade bancária e busca contribuir com a superação das causas estruturais da pobreza na Colômbia, promovendo uma sociedade justa, solidária, produtiva e pacificadora. Através de sua rede, atende diferentes necessidades financeiras da população, sendo que tem se especializado no design de soluções financeiras para os mercados populares, dos microempresários e das pequenas empresas.

A Fundação Social é uma entidade civil, sem fins lucrativos e de utilidade comum, que busca intervir socialmente na estrutura da sociedade através de dois instrumentos: as empresas e os projetos sociais. O Banco Caja Social, como ferramenta corporativa da Fundação Social, é responsável em engajar-se e adotar uma gestão socialmente responsável.

Assim, como explicita o próprio *slogan* “Más Banco. Más Amigo”, a empresa desempenha papel social de impacto direto concomitantemente às funções básicas, garantindo, assim, maior bem-estar para a sociedade em seu todo. Tais funções surgem no exercício de seu negócio e se resumem na produção de bens e serviços que satisfaçam as necessidades estratégicas para o desenvolvimento da sociedade ou para inclusão de setores populares, geração de riqueza, criação de organizações sociais propícias ao desenvolvimento de seus colaboradores e participação ativa na construção, e solução criativa dos principais problemas sociais, ressaltando a preocupação pelo bem comum.

É assim que o Banco Caja Social tem se orientado durante os últimos 100 anos, através da provisão de serviços financeiros para os segmentos de ínfimas rendas da

---

<sup>5</sup> Disponível em: < <https://www.bancocajasocial.com/>>. Acesso em outubro de 2017.

população colombiana. Isto é, volta-se para o mercado de massa com ênfase na atenção de setores populares, microempresários e pequenas e médias empresas, contribuindo para o desenvolvimento do país e progresso econômico e social dos beneficiários e suas famílias.

### **2.1.3. Bolívia<sup>6</sup>**

A Bolívia possui uma das instituições microfinanceiras mais reconhecidas a nível latino-americano e mundial, o Banco Solidário, popularizado como BancoSol. Com origem datada de 1987, o Banco nasceu através da Fundação para a Promoção e Desenvolvimento das Microempresas (PRODEM), estruturada como ONG e dedicada em apoiar o desenvolvimento das microempresas no país (Patiño, 2008).

A organização crê que a micro e pequena empresa é a resposta criativa às oportunidades do mercado frente as deficiências estruturais das economias em desenvolvimento. Na Bolívia, para mais da metade da população economicamente ativa, a possibilidade de trabalho depende da sua própria capacidade em aproveitar as oportunidades que o mercado de bens e serviços oferecem.

Firmado num cenário como esse, os primeiros 5 anos foram de constante crescimento para a instituição, a ponto de tornar-se financeiramente sustentável. Com a crescente demanda por crédito, a Fundação PRODEM sentiu necessidade de expandir-se, resultando em sua transição para um banco comercial, uma vez que estruturada como ONG, a instituição estava legalmente restringida a oferecer apenas o microcrédito como serviço financeiro e dispor somente de doadores para compor seus fundos (Patiño, 2008).

A Fundação PRODEM continuou com suas operações financeiras após a transição em 1992, mas agora especializando-se nas microfinanças rurais. Ademais, seu investimento para a criação do Banco rendeu-lhe 44,2% das ações, ficando o restante com investidores locais e estrangeiros. Já o novo banco, intitulado BancoSol, não parava de crescer e teve seu portfólio aumentado dez vezes em termos reais entre 1992 e 1994 (Gonzalez, Schreiner, Rodríguez y Navas, 1996 apud Patiño, 2008).

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.bancosol.com.bo/>>. Acesso em outubro de 2017.

Sua clientela é em sua maioria composta por jovens, sendo que 40% estão entre a faixa etária de 35 e 40 anos e 46% são mulheres. Geralmente, os beneficiários vêm de famílias numerosas e com baixo nível de educação, além de metade desses residirem em áreas rurais. A difícil situação em que se encontram, os levam a valorizar o esforço próprio e enxergar no trabalho a única maneira de melhorar de vida.

Mesmo com as favoráveis condições para o desenvolvimento das microfinanças, em 1995 o Banco passou por um processo de estabilização, levando-o a repensar o impacto que suas políticas e ações tinham na população. A principal constatação feita foi que, embora os clientes do BancoSol fossem pobres, eles não estavam entre os mais pobres de todo o povo boliviano (Navajas et al., 1996 apud Patiño, 2008). Além disso, algumas condições impostas pela instituição, como o crédito seria concedido ao solicitante que possuísse atividade produtiva em operação há pelo menos um ano, passaram a reduzir a taxa de crescimento do banco em relação ao montante e quantidade de microcréditos desembolsados (Patiño, 2008).

A despeito dos obstáculos enfrentados em sua trajetória, os resultados apresentados pelo Banco Solidário a cada ano continuam demonstrando sua fidelidade à missão de oportunizar um futuro melhor aos setores de baixa renda mediante acesso aos serviços financeiros. Em 2016, 250 mil microempresários foram atendidos pela instituição, incrementando a carteira de créditos em US\$ 132,3 milhões. Apesar do notável crescimento, a taxa de inadimplência registrada no ano foi de apenas 0,9% de uma carteira total de US\$ 1,3 bilhões.

Os anos de experiência levaram o BancoSol a adaptar suas políticas e ações, fazendo com que se mantivesse uma entidade financeiramente estável a ponto de transcender as fronteiras bolivianas como um marco e exemplo para as demais entidades microfinanceiras (Patiño, 2008).

#### **2.1.4. Indonésia<sup>7</sup>**

Com o objetivo de fornecer serviços financeiros a população rural da Indonésia, o Governo criou o Bank Rakyat Indonesia (BRI), que passou a operar através de uma extensa rede de agências bancárias em pequenas cidades e centros comerciais. A fim de englobar a clientela excluída do sistema financeiro tradicional, o Banco focou nas micros, pequenas e médias empresas, que constituem a principal fonte economia indonésia ao contribuir para o crescimento do PIB e redução do desemprego.

Em sua origem, a instituição oferecia empréstimos e serviços de poupança através do crédito subsidiado e suas insuficientes taxas de juros que não cobriam os custos operacionais, resultando em constantes prejuízos. Desse modo, em meados dos anos 80, as ações, antes promovidas pelos princípios estatais, sofreram uma mudança de direção, passando a adotar uma visão comercial (Lima, 2006).

A nova prática do banco incluía maiores taxas de juros a ponto de cobrir os custos do Banco e, ainda, auferir certo lucro, e a criação de um sistema de incentivo à poupança. Além disso, em 2003 o Governo Indonésio decidiu vender 30% das ações do BRI, transformando-o em uma entidade aberta, reforçando seu caráter privado. Em decorrência dessa transição, a entidade se tornou financeiramente sustentável, não dependendo mais dos subsídios governamentais e garantindo sua prosperidade e de seus beneficiários (Lima, 2006).

Durante a reestruturação do BRI, sua missão foi delineada como uma miscelânea entre interesses públicos e privados, procurando realizar os melhores serviços financeiros, mas com foco na economia comunitária. Isto é, proporcionar serviços de primeira linha, mas constantemente apoiado em recursos humanos profissionais e na prática da governança corporativa, e ainda garantindo lucratividade às partes interessadas.

Apesar das mudanças sofridas, o BRI sempre foi fiel ao seu propósito e objetivo, como Banco Estatal, em assumir papel principal no desenvolvimento da economia nacional. Portanto, para assumir tal papel, a entidade adota diversas linhas de linhas de crédito,

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.bri.co.id/>>. Acesso em outubro de 2017.

exigindo alguma garantia em troca, que mesmo sem demasiada burocracia, ainda exclui os indivíduos em situação de extrema pobreza. Os empréstimos, progressivos à medida que o cliente paga sua dívida, podem ter finalidade de capital de giro ou investimento, podendo assumir valores entre Rp. 25.000 e Rp. 25 milhões e prazos de 24 ou 36 meses.

Somada a sua ampla carteira de produtos, o Banco investe a cada ano para manter-se como agente principal no desenvolvimento nacional. Como exemplo disso, em 2013 tornou-se o primeiro banco a oferecer serviços de autoatendimento e, em 2016, adotou uma série de iniciativas para trazer as vantagens tecnológicas em benefício da população, visto que a Indonésia ainda possui altas taxas da população fora do sistema bancário.

#### **2.1.5. Etiópia**

A instituição microfinanceira Amhara Credit and Savings Institution (ACSI) teve origem com a Organização para Reabilitação e Desenvolvimento de Amhara (ORDA), uma ONG indígena engajada no desenvolvimento da região. Iniciativas como essa são mais do que necessárias no Estado de Amhara, visto que esse possui uma das taxas de pobreza mais elevadas do país. Além disso, a população ainda conta com baixa educação, limitadas habilidades para os negócios, mercados escassos e frágeis e dependem basicamente da agricultura manual, já que não possuem acesso a maquinários tecnológicos (Dar, 2004).

Frente a essa realidade, a Estratégia de Desenvolvimento Rural por parte do governo passou a enfatizar a importância das microfinanças como chave na luta para redução da pobreza. E como uma de suas medidas, em 1995, passou a controlar a ACSI, transformando-a em uma das maiores instituições de microfinanças da Etiópia. Sua missão inicial era de aprimorar a condição de pobreza em que se encontra o povo de Amhara ao disponibilizar serviços financeiros. Com práticas de gestão responsável, a entidade busca integrar as diversas esferas da sociedade, como governo, as ONGs envolvidas e a população, a fim de alcançar seus objetivos de promoção de atividades econômicas, de serviços financeiros sustentáveis, redução da pobreza e estímulo ao crescimento econômico da região.

Como os recursos da ACSI não são suficientes para atender toda a demanda da população, estabeleceu-se uma política de segmentação de nível agregado familiar e de gênero. Nessa, os indivíduos mais pobres, do sexo feminino e de comunidades rurais e periféricas possuem prioridade de acesso aos serviços da instituição, que são o crédito, poupança, transferência de dinheiro e gestão de fundos de pensão. Ademais, a carência de capital resulta em outra priorização por parte da ACSI: a concessão de créditos para as atividades geradoras de renda.

No entanto, a inclusão financeira atinge o restante da comunidade através de outros serviços, como o da poupança, obrigatória para os tomadores de crédito e voluntária para os demais. Esse produto tem objetivo de incutir uma utilização mais eficiente do dinheiro, como atividades de expansão da renda, servindo como seu próprio crédito, e atividades de redução da pobreza local.

Além disso, outras práticas adotadas pela ACSI são fundamentadas no modelo do Grameen Bank, como a constituição de grupos com intuito de incentivar o monitoramento. Essa supervisão é favorecida com o senso de propriedade que os membros adquirem certa vez que o fundo de empréstimos passa a ser gerado dentro da comunidade. Dessa maneira, o dinheiro em posse dos beneficiários sob a forma de crédito corresponde a uma economia feita pela vizinhança, provocando maior responsabilidade e menores taxas de inadimplência (Dar, 2004).

Como reitera Dar (2004), a instituição admite a assimetria de informações presente no sistema financeiro tradicional e seus consequentes problemas de risco moral e seleção adversa. Para reverter essa situação, a ACSI fundamenta-se no apoio da comunidade local através do Comitê de Crédito e Poupança, no qual os próprios beneficiários indicam quem deverá receber os serviços financeiros e o acompanhamento adequado de acordo com o nível de pobreza.

A conduta adotada pela Instituição de Amhara norteou um caminho de resultados positivos, como destacam Young e Vogel (2005 apud Lima, 2006) o ano de 2004, quando a instituição contava com 300.000 clientes, cujos empréstimos totalizavam US\$ 20 milhões. Em concordância, as contas de poupança, principal forma de financiamento da instituição, alcançavam U\$12 milhões em maio de 2003. Dessa

maneira, a eficácia da ACSI deu-se, em boa parte, pelas boas práticas adotadas, os baixos custos operacionais, forte apoio do governo e o baixo risco de seu portfólio.

#### **2.1.6. Filipinas<sup>8</sup>**

Nas Filipinas, as microfinanças ficam por parte do Land Bank of the Philippines (LBP), um banco controlado pelo Governo e idealizado para atender a população das áreas rurais. Datado de 1963, o Land Bank teve origem com uma lei da República que buscava financiar a aquisição e distribuição de propriedades agrícolas para pequenos proprietários de terra com subsídios governamentais.

A missão de desenvolvimento rural foi estabelecida em 1972, quando sua deficiência e inadequação, tanto na capitalização quanto em sua estrutura organizacional, para atender aos requisitos da implementação de uma reforma agrária conduziram-no a uma revitalização. Ao adquirir poderes bancários universais, a instituição teve seus poderes expandidos, tornando-se capaz de subsidiar transferências de terra e empréstimos para pequenos agricultores e pescadores e para diversificados projetos, como agrícolas ou industriais.

Ademais, o LBP também se responsabilizou por oferecer programas de assistência e capacitação para fortalecer seus clientes e, conseqüentemente, expandir seu programa de crédito. O foco dessa ação é promover transferência de tecnologia a fim de melhorar a produtividade, a qualidade do produto e adicionar valor agregado às operações, resultando numa melhor comercialização dos produtos, alcançada juntamente com a preparação e implementação de estratégias de marketing. Com isso, o Land Bank presenciou e escorou adequadamente todas as fases de execução da reforma agrária, perdurando e aprendendo com as décadas de experiência (Goss, 2007).

Sua posição entre os cinco maiores bancos comerciais do país em termos de depósitos, ativos e empréstimos, não é em vão. Hoje, o Land Bank acolhe os mais diversos tipos de clientes, desde pequenos agricultores e pescadores, até beneficiários da reforma agrária e micros, pequenas e médias empresas. Do mesmo

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www.landbank.com/>>. Acesso em outubro de 2017.

modo, sua linha de investimento é caracterizada pela homogeneidade, a qual abrange tanto projeto de infraestrutura como projetos relacionados ao meio ambiente, saúde, transporte, comunicação, habitação e outros. Como mostra Goss (2007), a expansão e diversificação do portfólio de empréstimos rendeu um aumento na participação de outros setores, que não pequenos agricultores e pescadores, de 36% em 2000 para 62% em 2005, totalizando US\$ 1,4 bilhão.

A instituição é bem-sucedida devido sua versatilidade, sortindo o desenvolvimento econômico e social da comunidade com sua viabilidade financeira. Essa viabilidade se torna possível uma vez que os lucros provenientes das operações realizadas pelo Banco, são utilizados para financiar os programas e iniciativas de desenvolvimento do mesmo, operação denominada de subsídio cruzado. Além de fomento ao desenvolvimento rural e promoção auto sustentabilidade, o Land Bank também norteia-se por princípios como redução da pobreza, cooperativismo e compromisso com a proteção ambiental.

Dessa maneira, a instituição consegue alcançar a clientela de difícil acesso aos bancos comuns, possui uma diversificada gama de clientes, financiando desde os pequenos criadores de animais e pescadores até projetos voltados para a infraestrutura rural (Young e Vogel, 2005, apud Lima, 2006)

### **2.1.7. Canadá<sup>9</sup>**

Apesar de ser um país desenvolvido, o Canadá abriga inúmeras experiências microcreditícias. Uma destas é o Oikocredit, sociedade cooperativa que teve início em 1975 a partir de uma reunião do Conselho Mundial de Igrejas, onde os membros requisitaram um fundo de investimentos que assegurasse a paz, desenvolvimento e união comunitária frente à inconstância que se instalava – a Guerra do Vietnã e o Apartheid na África do Sul. Dessa maneira, as igrejas locais e as organizações de apoio passaram a conceder crédito àqueles que apoiavam os menos desfavorecidos.

A Oikocredit foi criada para a população em situação de exclusão econômica, que precisam da confiança em termos financeiros para expandir ou iniciar um negócio que

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://www.sasr.oikocredit.coop/en/>>. Acesso em novembro de 2017.



lhes permitam melhorar de vida. Apesar de o conceito de empréstimos ao invés de caridade fosse controverso para muitos, a instituição já está no mercado há mais de 40 anos e atua também na América Latina, na como Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e até mesmo no Brasil.

Hoje, como uma instituição financeira de desenvolvimento, a Oikocredit concede empréstimos para aqueles que visam o aumento da produção e a geração de empregos, como forma/a despeito de estimular projetos que oferecem benefícios socioeconômicos à população – que até então, não possuía acesso ao crédito. Ao investir nas microfinanças, nas trocas solidárias e na agricultura, a organização estabelece como missão vital a promoção do desenvolvimento sustentável e de um impacto social na vida da população local.

Em contrapartida aos serviços financeiros, também são oferecidas ferramentas de assessoria e capacitação para assegurar a performance social positiva. O comprometimento com o retorno local começa desde a seleção dos projetos filiados, que devem prover as populações menos beneficiadas pelo capitalismo de serviços ou geração de renda e emprego, priorizando o engajamento feminino – uma vez que igualdade de gênero é um dos valores defendidos pela Oikocredit – até o monitoramento de sua performance para com esse público e a disponibilização de instrumentos de capacitação.

Com isso, o trabalho da Oikocredit tem provado que a população de baixa renda merece essa credibilidade. Não obstante, o negócio apresentou crescimento de 73% em 2016, sendo que sua disseminação se deu por diferentes regiões do planeta: África, Ásia, Leste Europeu e América Latina.

#### **2.1.8. França<sup>10</sup>**

Em 1989, a França recebia uma experiência singular de microcrédito, a Adie – Associação para o Direito à Iniciativa Econômica – uma organização de utilidade pública que buscou adaptar o modelo do Grameen Bank para uma economia já desenvolvida.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://www.adie.org/>>. Acesso em novembro de 2017.

A Adie vem lutando, durante décadas, para que todos tenham o direito de iniciar seu próprio negócio, independente do status social e financeiro e do nível de treinamento. Para tanto, a associação fornece o microcrédito para àqueles que não possuem acesso ao sistema bancário tradicional e, geralmente, estão desempregados. Ademais, para garantir o sucesso dos empreendimentos, ainda é desenvolvido um serviço de acompanhamento do projeto e, apesar da escassez de recursos, também destaca-se a importância do treinamento e demais suportes para os beneficiários.

Em sua carteira de serviços, estão o financiamento da criação e desenvolvimento de pequenas empresas através do microcrédito que, com os complementos e bônus, podem chegar até 20.000 €; o microcrédito pessoal de até 5.000 € para assalariadas; soluções adaptadas de microsseguros para iniciar de desenvolver o negócio com segurança; e assistência aos empreendedores por meio de treinamentos práticos, aulas particulares, uma linha de ajuda, entre outros.

A associação também desenvolve ações com foco nos jovens, uma vez que esses são fortemente atingidos pelo desemprego, e nas mulheres, as quais sofrem limitações devido a cultura corporativa e empresarial ainda masculinizadas. Com isso, a Adie vem criando, em média, 225 novos empregos por semana e, em 2015, atingiu 18.000 beneficiários. Devido ao sucesso da experiência, em 2000 a Adie se disseminou por outras partes da Europa e na bacia do Mediterrâneo.

No entanto, apesar de sua avidez ao promover o microcrédito, estudos mostram que o microcrédito está subutilizado no território francês. Nesse contexto, o auxílio público se torna fundamental para garantir coesão social e econômica dos territórios por meio do afrouxamento das condições regulatórias que restringem a plena expressão do seu potencial de inclusão.

A seguir, uma síntese das experiências internacionais retratadas nessa seção que busca identificar as características essenciais que conferem à eficácia da aplicação do microcrédito:

**Quadro 3.** Síntese das experiências internacionais

Localização	Experiências	Especificidades	Semelhanças
<b>Portugal</b>	Agência Nacional de Direito ao Crédito (ANDC)	Empresa privada sem fins lucrativos	São desenvolvidas atividades complementares de cunho social, educativo e de gerenciamento;  Configuram experiências e entidades sem fins lucrativos;  Possuem finalidade de combater as causas estruturais da pobreza através da inclusão social e financeira
<b>Colômbia</b>	Banco Caja Social	Entidade civil sem fins lucrativos	
<b>Bolívia</b>	BancoSol	ONG estruturada como um Banco Comercial	
<b>Indonésia</b>	Bank Rakyat Indonesia (BRI)	Entidade aberta, com participação estatal e privada; assim, oferece melhores serviços financeiros ao mesmo tempo em que busca desenvolver a economia nacional	
<b>Etiópia</b>	Amhara Credit and Savings Institution (ACSI)	Apesar de ser controlada pelo governo, há uma integração entre diferentes esferas - Estado, ONGs e beneficiários	
<b>Filipinas</b>	Land Bank of Philippines (LBP)	Decorrente de uma lei estatal, a instituição adquiriu atribuições bancárias alcançando espaço entre os 5 maiores bancos comerciais do país	
<b>Canadá</b>	Oikocredit	Experiência Financeira de Desenvolvimento que teve origem no Conselho Mundial das Igrejas	
<b>França</b>	Associação para o Direito à Iniciativa Econômica (Adie)	Organização de utilidade pública que, provavelmente, corresponde ao maior e mais experiente concedente de microcréditos na Europa <sup>11</sup>	

Fonte: Elaboração própria

## 2.2. Panorama Nacional

Segundo Guimarães e Mezzera (2003 apud Lima, 2006), a implantação do microcrédito no Brasil pode ser dividida em três estágios. O primeiro ocorre em meados dos anos 70 com o surgimento de ONGs privadas que, com o apoio financeiro internacional e de órgãos técnicos, passaram a atuar em algumas localidades. A segunda fase teve início em 1995, quando começaram a aparecer iniciativas públicas em maiores escalas. Já a terceira foi marcada, no fim dos anos 90, pela criação das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs), tornando o microcrédito um novo nicho do mercado financeiro.

<sup>11</sup> Disponível em <<https://www.oecd.org/site/cfecpr/39144919.pdf>>. Acesso em novembro de 2017.

Devido sua ampla disseminação, diversas medidas foram implementadas com intensa participação do Banco Central do Brasil (BACEN), tendo finalidade de estruturar um processo de avaliação e estudo desse setor microfinanceiro em vista ao aumento de sua oferta (Santos et al., 2015). Do mesmo modo, o governo brasileiro passou a regulamentar o produto a fim de moldá-lo de alguma forma, e iniciou essa ação em 1999 ao criar a figura jurídica da OSCIP que compreende as organizações que operam o microcrédito, através da Lei 9.790/99. Essa tem como finalidade facilitar o aparecimento de parcerias e convênios com todos os níveis de governo e órgãos públicos (FGV, 2009).

Além do Governo Brasileiro, o BACEN construiu um marco regulatório em 2002, permitindo a estabilização do crescimento de entidades e cooperativas de serviços microfinanceiros. Essa regulamentação também estabeleceu a possibilidade do surgimento de cooperativas de pequenos empresários, microempresários e microempreendedores, que vieram facilitar o acesso aos serviços financeiros para um público que não despertava interesse às instituições financeiras tradicionais (Santos et al., 2015).

Mais tarde, no ano de 2003, foi emitida a Lei Ordinária nº 10.735 com objetivo de estimular as microfinanças no Brasil instituindo a destinação obrigatória de parcela dos depósitos à vista captados pela instituição financeira para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e aos microempreendedores, isso é, o microcrédito (Santos et al., 2015). Nesse mesmo ano e de forma complementar, a Resolução 3.109 determinou direcionamento de 2% dos depósitos à vista para aplicação em operações em operações de microcrédito, ampliando, então, os recursos disponíveis para esses programas (FGV, 2009).

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), por sua vez, foi instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com o advento da Lei Ordinária nº 11.110, de abril de 2005. Sua meta principal se resume no repasse de recursos para a prática do microcrédito produtivo orientado, incentivando a geração de emprego e renda entre os microempreendedores ao mesmo tempo em que oferecia apoio técnico às instituições concedentes (FGV, 2009). Outro preceito

estabelecido foi que os recursos direcionados a esse Programa passaram a ser providos pelo FAT e pela parcela dos depósitos à vista das instituições financeiras (Santos et al., 2015).

A partir de então, inúmeras regulamentações foram originadas seguindo este documento. Como exemplos, a Resolução n° 4.000<sup>12</sup>, de 25 de agosto de 2011, que “altera e consolida as normas que dispõem sobre a realização de operações de microcrédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores”; e a Resolução n° 4.152<sup>13</sup>, de 30 de outubro de 2012, a qual “disciplina as operações de microcrédito por parte das instituições que especifica; ambas determinadas pelo Banco Central do Brasil.

**Quadro 4.** Leis e Regulamentações que regem o microcrédito no Brasil

<b>Regulamento</b>	<b>Ano</b>	<b>Descrição</b>
<b>Lei Ordinária 9.790</b>	1999	Criação da figura jurídica da OSCIP
<b>Marco Regulatório BACEN</b>	2002	Estabilização das cooperativas de serviços microfinanceiros
<b>Lei Ordinária 10.735</b>	2003	Destina parte dos depósitos à vista a operação microcreditícia
<b>Resolução 3.109</b>	2003	Destina 2% dos depósitos à vista ao microcrédito
<b>Lei Ordinária 11.110</b>	2005	Repasse de recursos à prática do microcrédito produtivo orientado
<b>Resolução 4.000</b>	2011	Consolidação das normas para operações microcreditícias
<b>Resolução 4.152</b>	2012	Regulamentação das operações de microcrédito

Fonte: Elaboração própria

Além desses aparatos legais, em setembro de 2017 foi lançado o Plano Progredir<sup>14</sup>, que tem finalidade de capacitar e emancipar financeiramente as famílias beneficiárias

<sup>12</sup> Disponível em:

<[https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/49342/Res\\_4000\\_v1\\_O.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/49342/Res_4000_v1_O.pdf)>. Acesso em outubro de 2017.

<sup>13</sup> Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=2012&numero=4152>>. Acesso em outubro de 2017.

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-09/governo-espera-que-1-milhao-de-familias-se-emancipem-com-o-plano-progredir>>. Acesso em novembro de 2017.

do Bolsa Família e inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais. O Plano tem ações de capacitação, incentivo ao empreendedorismo e acesso ao mercado de trabalho, além de disponibilizar R\$ 3 bilhões por ano em linha de microcrédito produtivo. A expectativa é que, no decorrer do tempo, os beneficiários garantam rendimento e não dependam mais dos programas de transferência de renda.

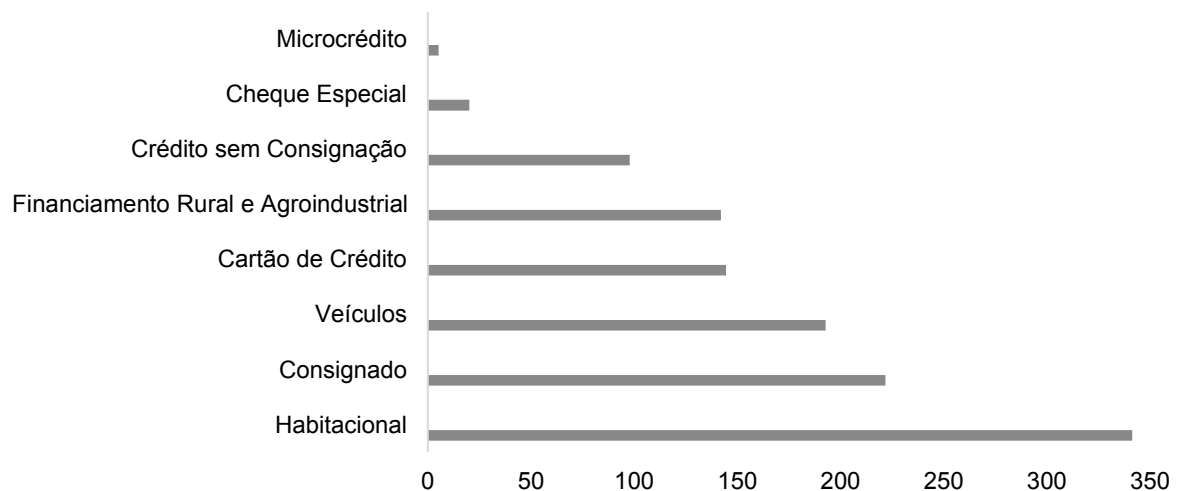
A despeito disso, o considerável número de leis e regulamentações permanece intrincando o desenvolvimento do microcrédito e, conseqüentemente, da população de baixa renda no Brasil. O próprio BACEN delimita sua consideração a respeito de operações microcreditícias à operações de crédito realizada com empreendedor urbano ou rural, pessoa natural ou jurídica, independentemente da fonte dos recursos, que seja conduzida com uso de metodologia específica e equipe especializada e desde que o somatório do saldo devedor das operações de crédito para um mesmo beneficiário seja inferior a três vezes o valor do PIB *per capita* (BACEN, 2015).

Ainda segundo as normas disponibilizadas pelo BACEN em seu *website*, a metodologia aplicada pela instituição concedente deve avaliar o risco da operação, levando em consideração a necessidade de crédito, o endividamento e a capacidade de pagamento de cada tomador; assim como analisar as receitas e despesas do tomador. Do mesmo modo, também deve aplicar mecanismos de controle e acompanhamento diário do volume e da inadimplência das operações da instituição (BACEN, 2015).

Outras considerações feitas pelas leis e resoluções delimitam a taxação, os valores concedidos e prazos dessas operações de crédito. O Banco Central veda a cobrança de quaisquer outras taxas ou despesas que não seja a taxa de juros efetiva, sendo que essa não poderá exceder 2% ao mês ou 4% ao mês nas operações de microcrédito produtivo orientado. No que diz respeito ao valor do crédito, esse não pode ser superior a R\$ 2.000,00 quando destinar-se às pessoas naturais, R\$ 5.000,00 aos microempreendedores e R\$ 15.000,00 aos microempreendedores que tomem crédito na forma de microcrédito produtivo orientado. Por fim, o prazo da operação não pode ser inferior a 120 dias (BACEN, 2015).

Desse modo, é possível verificar que a definição de microcrédito adotada pelo Banco Central do Brasil é mais específica e restrita que a conotação vulgar ou intuitiva do termo (BACEN, 2015). Com isso, a carteira total de microcrédito oferecido por instituições legalizadas registrada pelo Banco Central é pequena frente ao valor da carteira das principais modalidades de crédito concedidas por bancos comerciais no Brasil.

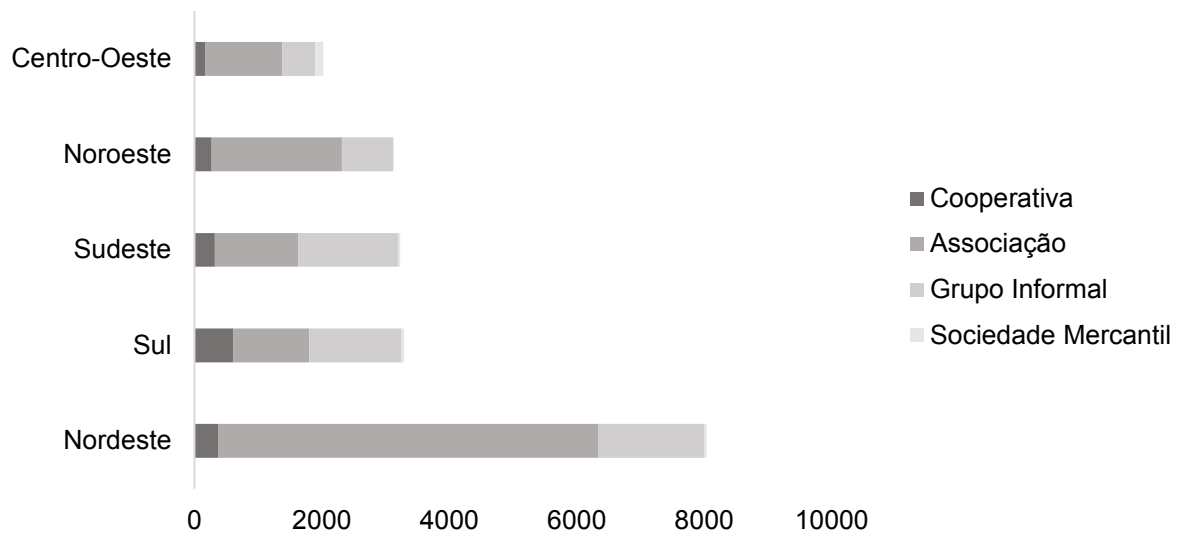
**Gráfico 1.** Valor da carteira total de várias modalidades de crédito para pessoa física (em R\$ bilhões)<sup>15</sup>



Fonte: BACEN (2015)

Porém, a realidade brasileira está longe de ser totalmente regulamentada. O Mapeamento de Economia Solidárias, desenhado pela Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES) em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), coletou informações em todos os estados da Federação, não restringindo a pesquisa às iniciativas regulamentadas, e identificou um total de 19.708 empreendimentos solidários, organizados e distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros, segundo a distribuição geográfica representada no gráfico 2 (IPEA, 2016).

<sup>15</sup> Data base: dezembro de 2013

**Gráfico 2.** Quantidade de EES por região e distribuição por forma de organização (N=19.708)<sup>16</sup>

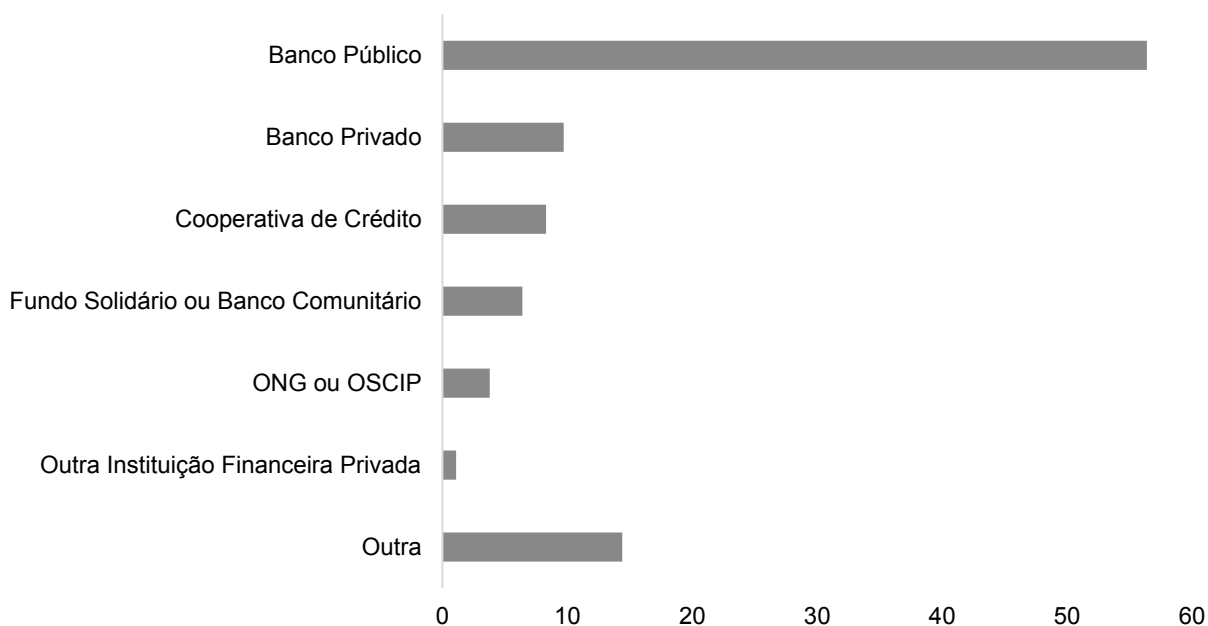
Fonte: IPEA (2016, p.22)

Esse panorama é obtido através dos resultados do questionário padronizado aplicado, e tem como intuito possibilitar a caracterização das variadas formas de manifestação da economia solidária no país, além de subsidiar a formulação de políticas públicas e dar maior visibilidade à economia solidária para fins de reconhecimento e apoio público (IPEA, 2016).

Detalhando mais esse cenário brasileiro, o Mapeamento indica que no período em que ocorreu a coleta de dados (fim de 2009 e início de 2013), dentre as organizações ofertantes de financiamentos, os Bancos Públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste) ainda eram os mais procurados, principalmente devido sua ampla divulgação e alcance territorial. Porém, também é possível verificar a crescente participação das iniciativas de microfinanças solidárias, como cooperativas de crédito, bancos comunitários e fundos rotativos, que em conjunto representaram 14,7% do total dos empréstimos, superando a participação dos bancos privados (9,7%).

<sup>16</sup> Banco de dados de SIES



**Gráfico 3.** Organizações concedentes de crédito (%)<sup>17</sup>

Fonte: IPEA (2016, p.31)

Com isso, é importante ressaltar que, além das EES, as pessoas físicas também possuem acesso ao microcrédito através dessas organizações. Segundo os dados do BACEN (2015), esses indivíduos são responsáveis pela maior parte da operação microfinanceira no Brasil, e sua explicação é devido ao valor médio da concessão entre pessoa física e pessoa jurídica. Esse valor médio apresenta pequenas variações, que, para muitos, não é suficiente para se sujeitar à burocracia.

**Tabela 2.** Valor e quantidade de operações da carteira total por tipo de cliente (%)<sup>18</sup>

Tipo de cliente	Valor	% Total	Quant. de Operações	% Total	Valor Médio
<b>Pessoa Física</b>	5.063.728.419	95,0%	3.003.332	96,9%	1.686
<b>Pessoa Jurídica</b>	267.607.450	5,0%	94.638	3,1%	2.828
<b>Total</b>	<b>5.331.335.869</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.097.970</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.721</b>

Fonte: BACEN (2015)

<sup>17</sup> Banco de dados do SIES

<sup>18</sup> Data base: dezembro de 2013

O Mapeamento também apontou que apenas 23,3% do total de EES buscou alguma linha de crédito. E desse total, apenas 11,1% conseguiu, de fato, algum empréstimo (BACEN, 2015). Para Valerio (2014), isso ocorre porque a realidade brasileira apresenta falhas estruturais quanto à concessão de crédito, inclusive de microcrédito, desde o período colonial, sendo que nem mesmo o processo de industrialização flexibilizou o mercado financeiro.

A tentativa frustrada em conseguir crédito por indivíduos que se encaixam no intervalo salarial exigido pelo setor microfinanceiro não é recente. Em 2003, o resultado da pesquisa de Economia Informal Urbana aplicada pelo IBGE em parceria com o SEBRAE, evidenciou que apesar de 70 milhões de brasileiros se classificarem como potencial clientela e metade desses possuírem interesse em obter crédito, aproximadamente 40% desses clientes não eram atendidos (Soares e Melo Sobrinho, 2008 apud Valerio, 2014). Uma frequente explicação das falhas apresentadas pelo microcrédito é devido ao desenvolvimento do mercado financeiro que esteve intimamente ligado à entrada do Estado na industrialização brasileira (Valerio, 2014). Todavia, a dificultosa inserção do Estado nas questões econômicas não data apenas do século XIX. Como mostra o IBAM (2001 apud Valerio, 2014), mesmo havendo diversos programas implementados pelo governo brasileiro que possuem intuito de reduzir a desigualdade social e democratizar o crédito, muitos desses ocorrem em péssimos resultados uma vez que mantem tecnologias financeiras semelhantes às operações convencionais, dificultando o acesso dos pobres aos serviços disponibilizados.

França Filho, Rigo e Silva Jr (2013, apud Carvalho e Rigo, 2015) também discorrem sobre três deficiências das políticas públicas quando se trata da permeação efetiva da população com menor renda. A primeira diz respeito à operação do microcrédito feita por grandes instituições tradicionais, ou seja, atuando por meio de agências locais, sem inclusão da comunidade e exclusivo para o público de alta renda. Em seguida, destaca-se a tecnologia social do microcrédito baseada em agências externas à comunidade, que pensam na atividade como um negócio individualizado. Por fim, essas políticas acabam por gerar endividamento substancial de seus clientes, uma vez que aplicam a disseminação em massa do crédito individualizado.

A despeito dos problemas causados pela presença do Estado nas iniciativas microcreditícias, alguns autores acreditam que a atuação estatal pode ser bem-sucedida, geralmente quando os programas se caracterizam como sustentáveis. Essa visão é compartilhada por Passos et al. (2002 apud Lima, 2006), uma vez que para ele “a ação direta do Estado pode ser bem-sucedida desde que se sigam as melhores práticas do setor, visando a sustentabilidade da iniciativa [...]”.

Para fazer de uma instituição com vínculos governamentais mais sustentável, há sugestões tanto no sentido de desenvolvê-las sem crédito subsidiado como provê-las apenas uma injeção de capital suficiente para cobrir os custos iniciais. Outra proposta diz respeito à criação de uma central de serviços por parte do Estado, assistindo essas iniciativas em treinamentos, informatização, armazenamento de informações, entre outros (Lima, 2006).

No Brasil existem programas microcreditícios estimulados pelo governo e que obtiveram acentuado destaque em sua trajetória, como o CrediAmigo. Esse Programa é um dos mais conhecidos nos dias atuais e foi adotado em 1998 pelo Banco do Nordeste (BNB), um banco estatal de desenvolvimento regional. Sua missão principal consiste na promoção do desenvolvimento sustentável da Região Nordeste por meio do financiamento e suporte à capacitação técnica dos agentes produtivos regionais, sendo que é considerado o maior programa de microcrédito brasileiro com uma carteira que, em 2008, ultrapassava 400 mil clientes ativos (FGV, 2009).

O CrediAmigo não se restringe a um produto do BNB, mas configura-se como verdadeiro programa dentro dele, apresentando perspectivas de longo prazo. A gestão, planejamento estratégico e operacionalização financeira da entidade microfinanceira é bem distinta da estrutura do Banco, embora a experiência desse último seja aproveitada em sua totalidade (FGV, 2009).

Segundo a plataforma online<sup>19</sup> do Banco do Nordeste, o Programa Crediamigo é o maior programa de microcrédito produtivo orientado da América do Sul, sendo que em 2008 venceu entre todas as instituições latino-americanas o prêmio Excelência em

---

<sup>19</sup> Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/crediamigo>>. Acesso em outubro de 2017.

Microfinanças, concedido pelo Banco Inter-Americano de Desenvolvimento. Esse lugar de destaque foi ocupado pelo programa devido sua metodologia do aval solidário, assim como o acompanhamento e orientação para seus beneficiários, facilitando o acesso ao crédito a milhares de empreendedores pertencentes ao setor informal ou formal da economia (FGV, 2009).

Ademais, seu arranjo institucional, que se tornou viável em virtude das mudanças sofridas no ambiente regulatório com a inserção da legislação voltada ao incentivo do microcrédito, também se destaca como arranjo diferencial do CrediAmigo. A nova configuração do programa abre mão da infraestrutura e filosofia de um banco público de desenvolvimento, operando com incentivos privados e juros mais baixos que outras taxas disponíveis no mercado (FGV, 2009).

Apesar dessas baixas taxas de juros e de ser executado por um banco estatal, o programa não concede crédito com base em subsídios governamentais. Pelo contrário, ele cobra taxas necessárias para cobrir seus custos financeiros e operacionais. Dessa forma, como indica a pesquisa feita pela FGV (2009), o Crediamigo é autossustentável e suficiente em questão de operacionalidade, isso é, ele não depende de benefícios fiscais, gerando ainda lucro de 50 reais ano por cliente, e auferir receitas que superam suas despesas.

Dessa maneira, entende-se que ao mesmo tempo em que alguns programas e iniciativas do governo foram bem-sucedidas ao promover o microcrédito, outras fracassaram devido ao subsídio do mesmo. Portanto, independentemente dos auxílios recebidos, é necessário que essas experiências e iniciativas atinjam a sustentabilidade econômica e financeira.

A fim de ilustrar a possibilidade da inclusão social, capacitação e satisfação das necessidades humanas via microcrédito solidário, apresentar-se-á na próxima seção deste trabalho o Banco Palmas, uma experiência que obteve sucesso apesar de todos os obstáculos presentes no cenário brasileiro.

### 3. Banco Palmas

Como apresentado anteriormente, há inúmeras experiências financeiras que empregam o microcrédito como produto elementar no Brasil. E diferentemente das instituições com vínculos governamentais, dos Fundos Rotativos Solidários e das Cooperativas de Crédito, desenvolveu-se no nordeste brasileiro um banco popular e solidário que espelhou outros por todo o território nacional. Essa experiência singular cabe ao Banco Palmas, localizado no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza – Ceará. A iniciativa concerne ao primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD), inaugurado em janeiro de 1998, com propósito de gerar trabalho e renda numa perspectiva de reorganização da economia local (Moreno, 2015).

Os BCDs, segundo Melo Neto e Magalhães (2006, apud Moreno, 2015), constituem uma rede de serviços financeiros de cunho comunitário e associativo e baseados em princípios da economia solidária. A intenção dessas entidades é promover o desenvolvimento territorial caracterizado pela população de baixa renda e alta vulnerabilidade social, ordenado através da confiança e complementariedade (Moreno, 2015).

O foco de um BCD é o próprio território enquanto espaço social onde ele se insere, e não os tomadores de crédito em si. O BCD é um sistema que integra em rede o crédito, a produção e o consumo, objetivando o desenvolvimento do território para se alcançar o desenvolvimento do indivíduo/grupo tomador de crédito. (Melo Neto e Magalhães, 2006, apud Moreno, 2015, p.40)

De modo geral, as características dos BCDs podem ser sintetizadas pela propriedade e gestão da própria comunidade, atuação em territórios caracterizados por um alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social e apoio aos empreendimentos que possuem estratégia de comercialização. Além disso, esses bancos operam com duas linhas de crédito, uma em reais e outra em moeda social, o que estimula a formação de uma rede local de produtores e consumidores, promovendo o desenvolvimento endógeno do território (Melo Neto e Magalhães, 2006 apud Moreno, 2015).

Com isso, os BCDs adentram a esfera das instituições solidárias que rompem com a lógica competitiva do mercado ao estimular a produção e consumo locais. Em

concordância, o papel que esses bancos assumem ao emprestar às pessoas tem um potencial de oferecer retorno social mais elevado, divergente das organizações creditícias vinculadas ao sistema financeiro tradicional, que buscam extrair maior retorno financeiro (Moreno, 2015).

Tal retorno social é compreensível através do desenvolvimento das próximas seções, que abordarão a concepção do Banco Palmas internamente ao Conjunto Palmeiras, a maneira como seus produtos e serviços promovem a inclusão social e financeira dos moradores locais e seu papel de indutor do desenvolvimento brasileiro por meio do Instituto Palmas.

### **3.1. A história do Banco Palmas**

A história do Banco Palmas tem início com o processo de assentamento do Conjunto Palmeiras em 1973. Nesse ano, uma ação da prefeitura por intermédio da Fundação Serviço Social de Fortaleza (FSSF) promoveu o remanejamento das populações residentes em áreas de risco, que constantemente eram alagadas pelas cheias do Rio Cocó, e de outras favelas localizadas em áreas situadas no cerne da expansão urbana – região litorânea, à beira-mar – de grande potencial econômico e especulativo (Toscano, 2002). Para Jayo, Pozzebon e Diniz (2009), a expulsão dessas famílias é um processo decorrente do crescimento do turismo e da valorização do espaço urbano, acarretando propositalmente na extinção da figura das favelas da área central e privilegiada.

Como resultado, 1,5 mil famílias de baixa renda foram transferidas para um loteamento numa região periférica, alagadiça e coberta de vegetação, principalmente de palmeiras de Carnaúba – o qual deu origem ao nome do Conjunto (Borges, 2010). Além das dificuldades apresentadas pelo próprio assentamento, Toscano (2002) relata ainda que esse processo de constituição das cidades brasileiras, em que denomina de “assepsia urbana”, ocorreu num período em que a ditadura militar encontrava-se em sua fase mais impiedosa, sob comando do General Emílio Garrastazu Médici. Sobre a estruturação do Conjunto Palmeiras em particular, Borges (2010) o descreve como brutal e desumano: “[...] segundo descrito por muitos

moradores, (o despejo) foi feito com caçambas, nas quais todas as coisas dos moradores eram jogadas e despejadas no Palmeiras, que era só lama e mato” (Borges, 2010, p.254).

As famílias, excluídas de suas residências, tiveram que comprar os lotes demarcados pela Fundação do Serviço Social de Fortaleza, que inicialmente mediam 200 m<sup>2</sup>, e reduziam à medida em que o bairro ia crescendo, podendo chegar até 120 m<sup>2</sup>. Acrescido a todas essas adversidades, os moradores do Palmeiras ainda estavam sujeitos a perder o direito ao terreno, caso não construíssem um cômodo com o material doado pela prefeitura dentro de 30 dias (Toscano, 2002).

Entre 1973 e 1981, além da chegada das famílias expulsas da área central de Fortaleza, o Conjunto Palmeiras apresentou significativo crescimento em sua população, consequência da chegada dos migrantes provenientes do interior do país. Dentro desse curto período de tempo, o conjunto transformou-se numa favela de 30 mil habitantes desprovida de infraestrutura ou serviços sociais de apoio, além de baixas condições de vida e de desenvolvimento humano (Jayo, Pozzebon E Diniz, 2009).

Do mesmo modo, Toscano (2002) trata em seu trabalho sobre a privação de saneamento básico, água, energia elétrica, meio de transporte ou qualquer outro tipo de serviço público no novo bairro que surgia. A extrema carência de meios disponíveis para construir uma vida com o mínimo de dignidade e a negligência dos governos foram, aos poucos, catalisando a insatisfação dos moradores.

Ao alinhar a cidade mais de perto com o turismo, a política urbana negligenciou os problemas estruturais ou sociais que afetaram os residentes deslocados. [...] a nova área estava longe de empregos, escolas e todas as instalações urbanas, com acesso precário ao transporte urbano, e sem um abastecimento de água, anulação ou eletricidade (Jayo, Pozzebon E Diniz, 2009, p.121).

A partir desse descontentamento, foram surgindo organizações populares da comunidade local (Toscano, 2002), iniciando, assim, a transformação do território de inabitável em habitável. Dessa maneira, o Conjunto Palmeiras foi se transformando

em um local de vida urbana, através de um processo extremamente conflituoso (Borges, 2010).

No ano de 1976, com propósito declarado de prestar apoio às comunidades mais remotas do país, chega ao Conjunto Palmeiras uma equipe do Projeto Rondon, projeto da ditadura militar coordenado pelo Exército Nacional. A equipe era composta por estudantes universitários e voluntários, que iniciaram um trabalho de levantamento das condições de vida da população local. Com propósito de entender suas carências, foram promovidas reuniões junto aos moradores e, em decorrência desse processo, criou-se informalmente a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras – ASMOCONP (Toscano, 2002).

O início dos anos 80 foi marcado pela redemocratização do Brasil após anos de regime autoritário. As associações e movimentos comunitários que antes eram proibidos, passaram a florescer no país (Jayo, Pozzebon e Diniz, 2009). Nesse contexto, a ASMOCONP consolidou-se e passou a existir de fato em fevereiro de 1981, com a elaboração e registro de seu Estatuto (Toscano, 2002). Inicialmente, com apoio da igreja católica e de ONGs locais e internacionais, a Associação, fundada pelos líderes da comunidade, passou a buscar uma série de melhorias em relação à infraestrutura do conjunto (Jayo, Pozzebon e Diniz, 2009).

As primeiras mobilizações articularam-se a fim de reivindicar uma estrutura mínima de saúde na região, visto que a única opção disponível era uma camionete que transportava os doentes para os hospitais públicos (Borges, 2010). Toscano (2002) descreve o ano de 1978 como momento de importantes conquistas, decorrentes das expressivas mobilizações populares, e ressalta a construção da Escola de Primeiro Grau Audacy Barbosa, o Centro Social Urbano (CSU) e o Posto de Saúde Pedro Sampaio.

Tanto os movimentos populares, como a compreensão dos direitos à cidadania por parte do povo, aperfeiçoaram-se em 1983 com a realização de uma conferência sobre a qualidade de vida das comunidades faveladas e dos bairros pobres (Toscano, 2002). No entanto, apesar das notáveis ações populares organizadas pela ASMOCONP, os resultados alcançados não foram imediatos (Jayo, Pozzebon E Diniz, 2009). Um



importante capítulo e, segundo Jayo, Pozzebon e Diniz (2009), uma das mais difíceis conquistas da história do Conjunto Palmeiras se deu em 1988. Através de muita luta, mobilização popular e passeatas à Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), o bairro passou a contar com uma rede de distribuição de água tratada (Borges, 2010).

Mais tarde, em 1990, a Sociedade Alemã de Apoio Técnico (GTZ) firmou um convênio entre o Governo do Estado, a Prefeitura de Fortaleza e o Governo Alemão, dando início ao Programa PROENDA. A principal intenção dessa parceria foi ampliar a atuação junto à comunidade, a qual acabou modelando a metodologia do programa ao incluí-los na formulação, implantação, desenvolvimento e administração das obras a serem executadas no Conjunto (Toscano, 2002). A participação no Programa PROENDA foi benéfica para os moradores:

A comunidade experimenta uma mudança na forma de atuação de suas lideranças, deixando de exercer papel exclusivamente reivindicatório para atuar na coordenação e acompanhamento das próprias ações socioeconômicas e físicas que estão sendo implantadas (Toscano, 2002, p.161)

Para fazer do Conjunto Palmeiras um lugar mais habitável, a comunidade decidiu destinar a maior parte dos fundos do Programa à construção do canal de drenagem, o qual solucionaria o problema das enchentes. Em cinco anos de obra, a ASMOCONP desempenhou papel fundamental, contribuindo com a execução dos 1,7 km do canal (Toscano, 2002).

As mobilizações populares e conquistas para a urbanização do Conjunto Palmeiras continuaram durante os anos de 1990. Alcançando 26 associações populares em 1991, foi criada a União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeiras (UAGOCONP) para fins de organização. Nessa mesma época, elaborou-se o Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado (PDCI), instrumento de disposição de diagnósticos e diretrizes para a solução dos problemas identificados pelos moradores (Borges, 2010).

Nessa década, as diversas associações conquistadas pela ASMOCONP com o lobby político brasileiro e auxílios internacionais, resultaram na introdução da iluminação

externa, eletricidade nas moradias, asfalto e saneamento básico. Com isso, após quase vinte anos de esforço contínuo e inúmeras conquistas, o Conjunto Palmeiras foi, finalmente, urbanizado (Jayo, Pozzebon E Diniz, 2009).

No entanto, apesar das melhorias urbanas e de infraestrutura, as condições socioeconômicas dos membros da comunidade não seguiram o mesmo caminho. Pelo contrário, alcançaram níveis críticos (Jayo, Pozzebon E Diniz, 2009). Ao escrever o segundo volume de Memórias de Nossas Lutas, em 1996, a Associação dos Moradores deparou-se com relatos sobre amigos e parentes que, há pouco, haviam se mudado do bairro. A fim de entender os recentes acontecimentos, a AASMOCONP adicionou um questionário na pesquisa, identificando que 30% das famílias residiam no Conjunto Palmeiras há menos de dois anos. O cenário indicava que aqueles que durante vinte anos lutaram pela urbanização do conjunto, já não podiam mais viver no próprio bairro que construíram por não poderem arcar com as taxas públicas de luz, esgoto, IPTU, etc. Por não poderem arcar com as taxas necessárias para uma qualidade de vida melhor, muitos estavam vendendo suas casas e mudando-se para bairros ainda mais periféricos (Melo Neto e Magalhães, 2008 apud Borges, 2010).

Uma possível explicação para o êxodo que ocorria no Conjunto é tratada pelo trabalho de Jayo, Pozzebon e Diniz (2009), no qual revelam os resultados de um censo informal aplicado pela Associação em 1997: a maior parte dos residentes estavam desempregados ou em empregos de precárias condições; 90% das famílias viviam com menos de dois salários mínimos, isso é, menos de R\$ 240,00 por mês; 75% da população adulta não era alfabetizada e pelo menos 1200 crianças em idade escolar não frequentavam as aulas. Desse modo, como a urbanização e infraestrutura não ocorreu em simultaneidade ao crescimento da renda, parte dos habitantes estavam saindo de suas residências (Jayo, Pozzebon e Diniz, 2009).

Joaquim de Melo, um dos líderes da ASMOCONP, relatou as circunstâncias em que se encontrava o Conjunto na época:

Isso estava acontecendo com muitas famílias naquela época: o marido não estava trabalhando, as crianças estavam doentes, a casa era o único bem da família, e eles não podiam pagar todos aqueles impostos. Então, o resultado era vender o lugar e se mudar, já que você não pode vender seu marido e seus filhos para manter a casa (Jayo, Pozzebon e Diniz, 2009, p.122)

Essas circunstâncias levaram a Associação a redefinir suas prioridades, enfatizando a carência de estratégias para geração de renda e redução da suscetibilidade em que se encontravam os habitantes do bairro (Jayo, Pozzebon e Diniz, 2009). Desse modo, buscou-se alternativas locais, foram organizados debates, congressos e até mesmo um levantamento das dificuldades econômicas enfrentadas no conjunto para interromper a mutação que estava ocorrendo. Durante o II Seminário Habitando o Inabitável, em 1997, estruturou-se uma estratégia de desenvolvimento, articulando a produção e consumo local. Nesse mesmo encontro, instituiu-se um projeto de geração de trabalho e renda local, que foi inaugurado em janeiro de 1998 e denominado do que conhecemos hoje por Banco Palmas (Melo Neto & Magalhães, 2008 apud Moreno, 2015).

### **3.2. O Banco Palmas**

O histórico de lutas e a mobilização popular do Conjunto Palmeiras acarretou na essência de uma identidade comunitária aos habitantes. Do mesmo modo, a política, as relações humanas e sociais também moldaram a construção do “nós” que circunscreve a atual realidade do bairro (Toscano, 2002). Porém, enquanto as relações sociais eram construídas na própria periferia, as econômicas ainda se davam no centro de Fortaleza, visto que era o local em que ocorria a produção e o consumo (Moreno, 2015).

Segundo depoimento de uma diretora da ASMOCONP, o comércio local não se desenvolvia porque o dinheiro não circulava no próprio bairro. Os moradores tinham preferência por realizar suas compras nas grandes lojas do centro da cidade devido a possibilidade de financiamento. Para Toscano (2002), o diagnóstico é de concentração espacial do capital nas regiões centrais e de empobrecimento – ou não crescimento econômico – decorrente dessa drenagem de riquezas para os grandes centros financeiros nacionais e internacionais.

A descrição sobre o ponto de partida do Banco Palmas, publicado em Banco Palmas: 100 Perguntas Mais Frequentes (2010, p.7), entra em concordância ao relatar que “a

pergunta que fazíamos na época era: porque nós somos pobres? Os moradores respondiam: somos pobres porque não temos dinheiro. Era óbvio que não podia ser verdade”.

Frente a essa adversidade, a Associação realizou um Mapeamento da Produção e Consumo questionando as famílias sobre o que consumiam, em qual quantidade, a marca dos produtos e o local em que as compras eram realizadas. O resultado indicou que, mensalmente, os habitantes do Conjunto Palmeiras consumiam – entre vestuário, alimentação, produtos de limpeza, higiene e beleza – um total de R\$ 1.200.000,00. Concluiu-se, então, que a pobreza não advinha da falta de dinheiro, e sim da perda das poupanças locais (Moreno, 2015).

Assim, o Banco Palmas surgiu com intuito de organizar os consumidores, direcionando-os à produção local, e filosofia de criar uma rede solidária de maneira que a riqueza local circulasse no próprio território, permanecendo, com isso, na comunidade ao invés de gerar renda e emprego em outros lugares (Jayo, Pozzebon e Diniz, 2009). Para atingir tal objetivo, estruturou-se segundo estratégia definida pela própria comunidade, como segue o trecho extraído da publicação Banco Palmas ponto a ponto (Borges, 2010):

Em uma daquelas reuniões com os moradores, em agosto de 1997, foi descoberta a engenharia econômica que buscávamos. Como sempre na vida, emergem das necessidades as grandes estratégias de sobrevivência. E ninguém mais do que os pobres exercitam, no seu dia a dia, formas alternativas de se manterem vivos. Aí está o berço do conhecimento e da criatividade. Basta apenas estimularmos e estarmos atentos para não deixar escapar esta fonte de sabedoria: “Nós poderíamos fazer assim... que nem tem por aí... a gente podia ter o nosso cartão aqui e a gente comprar aqui mesmo...”, falou uma moradora do bairro. Eis a resposta! Quando terminou a reunião ficamos em um “estado de loucura” (Melo Neto & Magalhães, 2008 apud Borges, 2010, p.256)

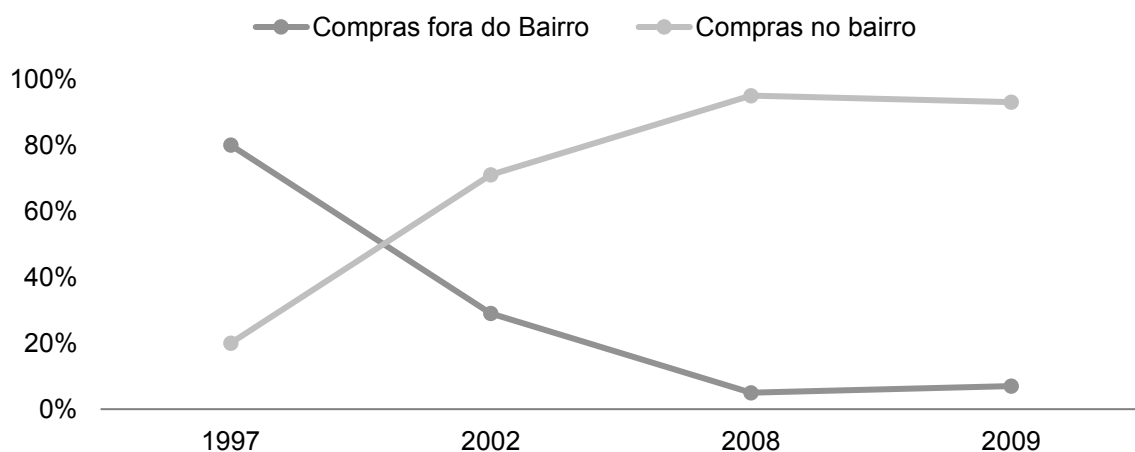
Dessa epifania originou-se o PalmaCard, que operava como um cartão de crédito – emitido em papel – aceito nos estabelecimentos comerciais do Conjunto. Para utilizá-lo, o morador deveria solicitar um crédito para consumo, que variava entre R\$20,00 e R\$100,00, no máximo, e era controlado através de anotações dos valores despendidos no verso do cartão. Ao fim de cada mês, o consumidor tinha que pagar o crédito e o comerciante retirava esse valor em reais. Além do cartão para

consumidores, o Banco também contava com uma linha de microcrédito para empreendedores (Borges, 2010; Oliveira, 2017).

A ASMOCONP não tinha recursos o suficiente, então recorreram a diversas instituições, públicas e privadas, inclusive ao Prefeito e Governador. No entanto, naquela época ninguém acreditava na ideia de um Banco Comunitário, e todo empréstimo que conseguiram, foi de apenas R\$2.000,00 de uma ONG local, a Cearah Periferia<sup>20</sup> (Banco Palmas, 2010). Apesar dos transtornos, o banco foi inaugurado em janeiro de 1998, alcançando um sucesso que nem eles esperavam, como mostra um trecho da entrevista feita por Melo Neto e Magalhães (2008, apud Borges, 2010): “Todo o dinheiro do Banco foi emprestado no primeiro dia! E nós amanhecemos lisos!”.

Com o tempo, os empréstimos por meio do PalmaCard foram aumentando, tanto em valores concedidos quanto a quantidade de cartões em circulação. A veiculação do êxito logrado pela instituição estava escoando oceano afora: quatro meses após a inauguração, foi firmada uma parceria com duas importantes organizações internacionais, a Oxfam-GB e GTZ (Borges, 2010). O sucesso da instituição também pode ser observado pela tendência positiva em relação ao consumo local, como ilustrado no gráfico 4.

**Gráfico 4.** Local em que os moradores do Conjunto Palmeiras realizam suas compras



Fonte: França Filho, Rigo e Silva Jr (2010, apud Moreno, 2015)

<sup>20</sup> O Cearah Periferia (Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos) foi criado em 1991 como uma ONG sem fins lucrativos, e atua em Fortaleza e na região metropolitana principalmente (Borges, 2010)

A fim de garantir o sucesso do Banco, fez-se necessário também uma gerência qualificada desse, que ficou sob responsabilidade da ASMOCOMP. Devido seu caráter comunitário, o quadro gestor do banco, liderado pela Associação do bairro, é composto majoritariamente por moradores voluntários (Silva Jr, 2004). No *website*<sup>21</sup> do Banco Palmas também é possível verificar a composição de um Conselho Gestor, composto por 25 pessoas convidadas pelo Instituto Palmas, sendo que aproximadamente 90% são moradores do bairro. Essa seleção baseia-se na relevância da trajetória individual a respeito da sensibilidade social e compromisso com o processo de emancipação humana e justiça social. Além disso, há uma equipe de 6 pessoas que trabalham diretamente com a coordenação do banco, sendo João Joaquim de Melo Neto o principal ator e fundador da experiência (Banco Palmas, 2010).

Apesar das conquistas, era perceptível que o microcrédito concedido isoladamente levaria a população a uma situação pior do que estava anteriormente (Melo Neto e Magalhães, 2008 apud Borges, 2010). A razão para isso remetia à falta de qualificação profissional dos moradores do bairro, exigindo, então, ações complementares para torna-lo sustentável. Com isso, essa linha de crédito passou a ser apenas parte de uma vasta gama de atividades que buscam o desenvolvimento local (Jayo, Pozzebon e Diniz, 2009).

A fim de articular a filosofia e estratégia desenhadas pelo Banco, outros três produtos foram estudados e implementados concomitantemente ao microcrédito: a moeda social, a capacitação profissional e aplicação regular do Mapeamento da Produção e Consumo Local (Jayo, Pozzebon e Diniz, 2009). Posto que todos os instrumentos relacionam-se diretamente com os moradores e as necessidades locais, Toscano (2002, apud Moreno, 2015) enuncia o caráter inovador e democrático dessa política social local.

Dessa maneira inicia-se, aos poucos, o processo de estruturação do Banco Palmas, marcado por inúmeras experiências de erros e acertos (Borges, 2010). Visto que o Banco Palma desempenha diversos papéis na vida da comunidade através dessas

---

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/conselho/>>. Acesso em: dezembro de 2017.

experiências, os subitens a seguir abordam suas três áreas de atuação: atividades financeiras e de caráter bancário, ações de estímulo ao desenvolvimento endógeno e apoio, criação e articulação dos bancos comunitários nacionais

### **3.2.1. Serviços Bancários<sup>22</sup>**

O Banco Palmas oferece uma série produtos e serviços bancários, abrangendo desde o microcrédito solidário, seja para investimento ou consumo, até microseguros e abertura de conta corrente. Nesta seção, serão tratadas as experiências de maior notoriedade: microcrédito solidário, poupança, microsseguro e correspondente bancário.

A política de crédito aplicada pela instituição está pautada no controle social e não exige documentos ou garantias reais, assim como não cobra fiador, não faz consulta ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e outras fontes de verificação, uma vez que a maior parte da população possui seu nome fichado. A solicitação de crédito feita por um morador passa por análise da equipe, que se atenta à ideia empreendedora ou à necessidade do solicitante. Em seguida, um funcionário se desloca ao local indicado – residência para crédito voltado ao consumo ou o empreendimento para investimentos – e preenche uma ficha para futura análise da equipe. Por fim, o aval se o crédito será ou não concedido fica por conta do depoimento da vizinhança (Melo Neto, 2003).

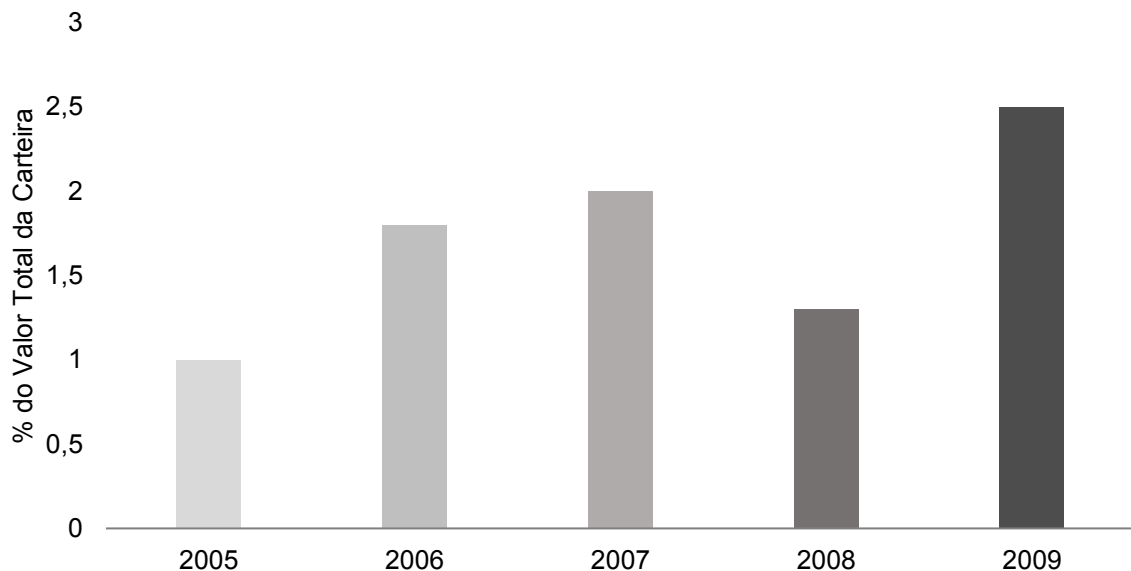
Logo que o morador é aceito no banco, ele fica sujeito aos termos definidos no contrato, principalmente em relação às regras de funcionamento segundo princípios de solidariedade e controle social. Isto é, se a inadimplência do cliente for resultante de “má fé”, o beneficiário tem seu nome divulgado nos fóruns e redes locais e a cobrança fica por parte da comunidade, que por ser gestora da instituição, acaba também sendo a concedente do crédito (Banco Palmas, 2010).

---

<sup>22</sup> Disponível em <<http://www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/>>. Acesso em novembro de 2017.

A partir do gráfico 5, é possível notar a eficiência do sistema de liberação e cobrança de empréstimos. As saudáveis taxas de inadimplência, que variam entre 1% e 2,5%, também indicam que a instituição vem conseguindo gerir os recursos destinados à concessão de crédito de maneira sustentável (Borges, 2010 apud Moreno, 2015).

**Gráfico 5.** Inadimplência da carteira de crédito do Banco Palmas acima de 30 dias

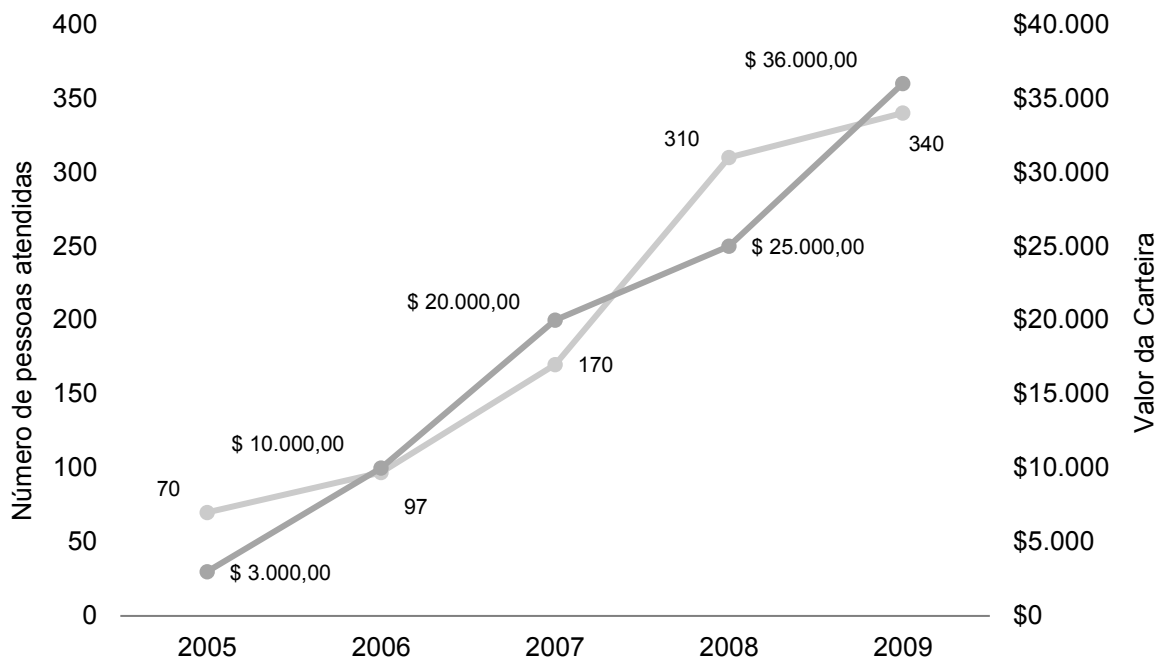


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Banco Palmas (2010)

Genericamente, a carteira de crédito oferecida pelo Palmas possui duas modalidades determinadas de acordo com a destinação do empréstimo, podendo ser para investimento ou consumo. A partir daí, define-se a taxa de juros a ser aplicada, o prazo do pagamento e a moeda em que será concedido, reais ou moeda social – palma (Borges, 2010).

O microcrédito destinado ao consumo das famílias, denominado de crédito solidário, expressa, no geral, caráter emergencial por se tratar de uma necessidade básica. Seus atributos incluem liberação do valor apenas em Palmas (P\$), limite inicial de P\$ 50,00 e ausência de taxa de juros, sendo o único encargo uma taxa administrativa de 1,5% sobre o valor do crédito. O baixo valor inicial é compensado pela premissa do crédito evolutivo, isso é, sob a condição de pagamento em dia, o beneficiário contará com um novo (e maior) limite caso opte por um novo empréstimo. Quanto ao prazo de pagamento, estipula-se entre 30 a 60 dias, podendo variar de acordo com o valor solicitado. Essa modalidade apresentou trajetória ascendente nos últimos anos, como apresentado abaixo (Borges, 2010):



**Gráfico 6.** Evolução da carteira de crédito para consumo em Palmas (P\$)<sup>23</sup>

Fonte: Borges (2010 apud Banco Palmas, 2010)

Por outro lado, o crédito para investimentos foi viabilizado em virtude de um acordo firmado entre o Banco Palmas e o Banco Popular do Brasil (BPB), liberando, assim, recursos de um fundo do PNMPO. As concessões para empreendedores são feitas em reais, e os valores vão de R\$100,00 até R\$10.000,00 com prazos que variam entre quatro e doze meses, dependendo da quantia emprestada (Borges, 2010). A carteira do banco, a partir de fundos do PNMPO, é de R\$1,5 milhão, que também pode ser destinado a outros BCDs através da figura jurídica do Instituto Palmas e da Rede Brasileira de Bancos Comunitários – conceitos que serão abordados nos próximos tópicos (Moreno, 2015 apud Borges, 2010).

Outras duas carteiras específicas ainda são mencionadas por Borges (2010), a Fecop e a Sitawi, que seguem metodologia e parâmetros similares aos dos empréstimos feitos via recursos do PNMPO. A primeira carteira está disponibilizada a outros nove BCDs do Ceará, e dispõe de R\$300 mil para concessões; enquanto a segunda, com valor total de R\$150.000, é destinada apenas ao Banco Palmas.

<sup>23</sup> O crédito produtivo é concedido em Reais, e sua carteira apresenta valores concedidos superiores à carteira de crédito para consumo.

Já França Filho, Rigo e Silva Jr (2012 apud Moreno, 2015) apresentam dados mais detalhados a respeito das diferentes modalidades de crédito oferecidas pelo Banco Palmas. Acerca do crédito produtivo para moradores do Conjunto, percebe-se maior facilidade quando os valores solicitados são inferiores a R\$500,00. De outro lado, por serem bastante comuns no bairro, os empréstimos para atividades informais possuem denominação própria de acordo com seu *modus operandi*: Revendedor, Casa Produtiva e Economia Popular e Solidária; os quais contam com juros mensais de 2% a 2,5%. Especialmente para mulheres beneficiadas pelo programa Bolsa Família, uma nova linha de crédito foi criada, com taxas de juros mensais de 1,5% para empréstimos de até R\$150,00 (França Filho, Rigo e Silva Jr, 2012 apud Moreno, 2015).

As diferentes vertentes de crédito – produtivo ou para consumo – oferecidas pelo Banco Palmas e suas respectivas informações técnicas apresentadas nesse tópico estão sintetizadas no quadro abaixo:

**Quadro 5.** Dados de diferentes modalidades de crédito oferecidas pelo Banco Palmas<sup>24</sup>

Linhas de Crédito	Valor do Empréstimo (em R\$)	Taxa de Juros (%)	Número de Empréstimos Concedidos	% da Quantidade Emprestada	Total de Crédito (em mil R\$)	% do Total Emprestado
<b>Linhas Empresariais</b>	Até 2.500	2,5	245	9,9	274,26	21,1
	De 2.501 a 5.000	3,0	58	2,3	196,18	15,1
	De 5.001 a 15.000	3,5	49	2,0	481,50	37,1
<b>Bolsa Família</b>	Até 150	1,5	1672	67,5	174,95	13,5
<b>Revendedor</b>	Até 400	2,5	114	4,6	49,77	3,8
<b>Casa Produtiva</b>	Até 450	2,0	16	0,6	7,85	0,6
<b>Economia Popular e Solidária</b>	Até 500	2,5	322	13,0	113,67	8,8

<sup>24</sup> Dados de 01/01 a 31/07/2011 fornecidos pelo Banco Palmas a França Filho, Rigo e Silva Jr (2012 apud Moreno 2015).

<b>Taxa Média de Juros</b>		2,5				
<b>Total de Crédito Concedidos</b>			2476	100		
<b>Montante Emprestado (em mil R\$)</b>					1298,18	100

Fonte: França Filho, Rigo e Silva Jr (2012, apud Moreno, 2015)

Além de disponibilizar essas diferentes linhas de microcrédito para os moradores, o Banco Palmas ainda firmou, em 2006, uma Parceria com o Banco Popular do Brasil (BPB)<sup>25</sup>, para que este operasse como um de seus correspondentes bancários. A nova associação objetivou a constituição de uma política pública de bancarização e democratização do acesso ao crédito que promovesse a inclusão bancária da população de baixa renda (Borges, 2010 apud Moreno, 2015).

Com missão de simplificar o acesso aos serviços bancários, o BPB não exige de novos correntistas depósito inicial, comprovante de renda ou residência e pagamento de taxas. Os serviços disponibilizados incluem cartão de débito, quatro extratos e quatro saques mensais com isenção de tarifas. A operação e os serviços oferecidos pelo BPB através do Banco Palmas se dão por meio de quatro guichês instalados no salão principal da sede da ASMOCONP, o que potencializa a filiação dos moradores, visto que a agência bancária mais próxima ao Conjunto Palmeiras fica a 10 km de distância (Borges, 2010).

O Banco Palmas se beneficia de diversas formas por meio da atuação como correspondente bancário. De início, a instituição recebe remuneração por prestar os diversos serviços e por ser gestor de toda a rede de correspondentes bancários instalada em bancos comunitários. Além disso, o grande movimento de moradores que se deslocam aos guichês para pagar suas contas e receber seus benefícios, faz

<sup>25</sup> O BPB é uma empresa subsidiária do Banco do Brasil, fundada em 2003, e destinada, exclusivamente, para atender às pessoas de baixa renda por meio de pequenas operações – simples e barato. Não possui agências, apenas correspondentes bancários, sendo que os pontos de atendimento geralmente instalados em estabelecimentos comerciais que ficam responsáveis por seu gerenciamento, recebendo para tanto uma remuneração por operação realizada (Borges, 2010).

com que eles conheçam outros serviços oferecidos e aproximam-se do Palmas (Borges, 2010).

Através do correspondente bancário, é liberado aos moradores o acesso à poupança, visto que a legislação brasileira não permite a oferta desse serviço pelos bancos comunitários. Essa experiência de poupar está conectada com a ideia de educação financeira e consumo consciente, isto é, aprender a poupar de forma coletiva é um passo fundamental para organização de um sistema local de finanças solidárias.

Outro produto oferecido pela instituição é o Palmas Microseguro, um seguro de vida destinado à população de baixa renda. O reduzido valor do prêmio – R\$35,00 ao ano – e o auxílio recebido em caso de falecimento – R\$3.000,00 – estimulam a contratação do seguro pelos moradores. Outro benefício adjacente compreendido pelo seguro de vida, é um “seguro” ao empreendimento, já que o recebimento da indenização em caso de falecimento pode ser fator decisivo na continuidade do negócio.

A despeito da riqueza de serviços e linhas de microcrédito oferecidas, seja pelo próprio Banco Palmas ou pelas instituições parceiras conquistadas, o serviço deve estar articulado com outras atividades sociais e inclusivas para fazer do Banco uma organização sustentável e garantir prosperidade aos moradores. Para viabilizar tal conjuntura, outras estratégias são adotadas como um sistema de incentivo ao consumo local, as quais serão abordadas nos tópicos a seguir.

### **3.2.2. Desenvolvimento endógeno**

A fim de articular a filosofia de uma rede solidária entre consumidores e produtores locais que permita a circulação da riqueza na própria comunidade, gerando renda e emprego, Jayo, Pozzebon e Diniz (2009) discorrem sobre três instrumentos que promovem esse desenvolvimento endógeno: a moeda social, a capacitação profissional e a elaboração do Mapa de Produção e Consumo Local.

Para Melo Neto e Magalhães (2006) a moeda social é fundamental para um Banco Comunitário de Desenvolvimento, uma vez que assegura a estratégia de consumo

local. Com circulação local, a moeda social criada pelo Banco é complementar à moeda nacional – o real – e tem como intuito a circulação do dinheiro na comunidade, ampliando o poder de comercialização local, aumentando a riqueza dos moradores e gerando renda e emprego.

No caso do Banco Palmas, a primeira experiência de moeda social foi, na verdade, em formato de cartão de crédito – o PalmaCard – que, por permitir o consumo de bens e serviços no próprio bairro, funcionava como um circulante local. Essa configuração da moeda local chegou ao fim devido à dificuldade logística do cartão, à elevada geração de faturas e, portanto, reduzido controle de fraudes.

Posteriormente, a moeda social alternativa e local evoluiu para a denominada Palma, ainda no intuito de estimular o consumo local (Jayo, Pozzebon e Diniz, 2009). Os depoimentos apresentados em Banco Palmas: 100 Perguntas Mais Frequentes (2010), salientam que não há garantias de que um morador consuma no Conjunto Palmeiras caso esteja em posse de Reais (R\$). Por outro lado, a posse da moeda Palmas assegura o dispêndio local, visto que a moeda só é aceita localmente. Dessa forma, a *network* solidária assegura o efeito multiplicativo e a permanência e circulação da riqueza na comunidade.

A moeda local é indexada ao Real em paridade um para um, então para cada palma em circulação, há uma correspondência de um real reservado em um fundo administrado pelo Banco (Jayo, Pozzebon e Diniz, 2009; Borges, 2010). Isso possibilita aos empreendimentos produtivos da comunidade realizarem o câmbio sempre que tiverem necessidade de repor seus estoques com produtos não fabricados no bairro (Melo Neto e Magalhães, 2009 apud Moreno, 2015)

Essa conversão de Palmas em reais está sempre disponível e pode ser realizada no Banco Palmas, porém, a fim de desencorajar os consumidores, é cobrada uma taxa administrativa de 2% (Jayo, Pozzebon e Diniz, 2009). Caso o desejo do morador seja adquirir a moeda local, existem três formas possíveis: realizando um empréstimo em Palmas e sem juros, recebendo o salário ou outros pagamentos em Palmas e trocando reais por Palmas diretamente no Banco (Banco Palmas, 2010).

Em 2010, já totalizavam 240 empreendimentos entre produção, comércio e serviço, que aceitavam a moeda local. No geral, a circulação é livre e, para incentivar a compra local, os descontos variam entre 5% a 10% para as compras feitas em Palmas (Banco Palmas, 2010). Com propósito de evitar falsificações, as moedas sociais são produzidas com componentes de segurança, como marca d'água, número de série e código de barras (Melo Neto e Magalhães, 2009 apud Moreno, 2015). A segurança da Palma é salientada através de uma indagação feita a respeito da existência de falsificações de moeda social em Banco Palmas: 100 Perguntas Mais Frequentes (2010, p.27):

Nunca [houve falsificação da moeda]. A segurança da moeda social está na sua fabricação e principalmente no controle social. Além disso, a moeda tem 5 (cinco) elementos de segurança. O fato de ser uma moeda local ajuda na fiscalização e desestimula a fraude. Afinal, se alguém falsificar vai ter que usar a moeda falsa no próprio bairro e o risco de ser pego é muito grande.

Apesar da certeza passada pelo Banco Palmas em relação à moeda local, o início de sua implementação foi conturbado decorrente do medo de prejuízo compartilhado entre os comerciantes (Banco Palmas, 2010). Melo Neto e Magalhães (2006 apud Moreno, 2015) já haviam se pronunciado a respeito das dificuldades enfrentadas pelos BCDs para garantir a circulação de suas moedas sociais. Para eles, os contratempos mais comuns são a ausência de lastro para iniciar a circulação da moeda; medo dos produtores e comerciantes locais de perder seu dinheiro, como ocorrido no Banco Palmas; pouca adesão dos comerciantes locais, dando aos consumidores poucas opções de compra; problemas operacionais, como a dificuldade de troco em moeda social; receio de falsificação; entre outros.

Ademais dos obstáculos enfrentados, as moedas sociais brasileiras devem obedecer às normas gerais estabelecidas, que se encontram dispersas em um conjunto de legislações, tornando incerto o ambiente jurídico para seus atores institucionais e usuários (Rigo, 2014 apud Moreno, 2015). Apesar disso, o Banco Central do Brasil se coloca como parceiro dos bancos comunitários e apoia as moedas sociais, sendo que em novembro de 2009 assinou um termo de parceria com o Ministério do Trabalho na intenção de criar um marco regulatório para esse segmento (Banco Palmas, 2010).

Diante dessas inseguranças, Rigo (2014 apud Moreno, 2015) reproduz a opinião de Freire, membro da procuradoria geral do BACEN: uma atividade caracteriza-se como financeira quando objetiva e pratica a exploração do dinheiro como mercadoria. Portanto, apesar de envolver processos de captação, intermediação e aplicação de recursos, as atividades praticadas pelos BCDs não são consideradas financeiras visto que são associações sem fins lucrativos autorizadas a experimentação não lucrativa do dinheiro. Quanto às moedas sociais circulantes, a autora defende que essas constituem meios alternativos de pagamento, e não moedas propriamente ditas.

A evolução do papel-moeda Palmas resultou na implementação da moeda social eletrônica, o Palmas E-Dinheiro, que, a despeito da distinta feição, carrega os mesmos fundamentos de fomento ao comércio local. A adoção da nova tecnologia social em 2015 foi possível em virtude da adaptação das leis de pagamentos eletrônicos à realidade dos Bancos Comunitários. A operação da moeda ocorre por meio de um aplicativo disponibilizado em smartphones, que não exige acesso à internet – visto que essa muitos não atenderiam a essa condição – e não restringe o acesso com base nas operadoras. Ademais, as o aplicativo viabiliza a transferência de valores entre contatos e atua como plataforma de pagamento digital (Oliveira, 2017)

Não obstante, vale ressaltar que a moeda social, em qualquer configuração que seja, além de estimular o consumo na própria comunidade e de contribuir para o efeito multiplicador dos recursos gerados, simboliza o processo de construção da identidade comunitária em favor de uma proposta de desenvolvimento endógeno (Singer, 2009 apud Moreno, 2015). Da mesma maneira, a moeda local cria forte identidade dos moradores para com o território em que estão inseridos, aproximando as pessoas e criando um espaço de diálogo e interação entre o Banco Comunitário e o setor produtivo do bairro (Melo Neto e Magalhães, 2006 apud Moreno, 2015).

Esse ambiente consensual viabilizado pela moeda social acarretou na adoção anual do Mapeamento da Produção e Consumo Local, que consiste em um levantamento de dados detalhado sobre tudo o que a população do bairro produz e consome, assim como os insumos que são utilizados na produção. Além disso, também identifica a localização das indústrias, comércios e serviços existentes no Conjunto Palmeiras e os locais em que consumidores e produtores realizam suas compras. Sua finalidade

é evitar a competição entre os integrantes da rede, seja a partir da oferta excessiva ou escassez de um produto (Moreno, 2015).

A pesquisa local também permite uma melhor avaliação por parte do Banco quanto aos empréstimos que devem ser concedidos – ou investimentos que devem ser promovidos – de acordo com os produtos e serviços que ainda devem ser supridos, adequando as quantidades produzidas à demanda dos moradores. Através dessa ferramenta, é possível racionalizar o uso do microcrédito e de outros instrumentos educativos e de treinamento profissional (que serão tratados a seguir) ao concentrar-se estritamente em satisfazer as necessidades existentes, seja de bens ou serviços (Jayo, Pozzebon e Diniz, 2009).

Do mesmo modo que o Mapa da Produção e Consumo Local tem por finalidade o desenvolvimento endógeno por meio do planejamento e gestão da economia local, o Fórum Socioeconômico Local (FECOL), promovido pela ASMOCONP, partilha desse objetivo ao discutir as questões sociais e econômicas. Ademais de incluir toda a população interessada, o FECOL também permite que os participantes realizem a controladoria social do Banco Palmas (Banco Palmas, 2010 apud Moreno, 2015). Essa iniciativa da Associação e do Banco está fundamentada na premissa de que cada membro da comunidade, independentemente de seu nível educacional e situação econômica, corresponde a um agente que pode trazer soluções para as dificuldades enfrentadas pelo bairro (Jayo, Pozzebon e Diniz, 2009).

Ainda na conjuntura socioeconômica, há inúmeros empreendimentos promovidos pela instituição e direcionados às necessidades locais, principalmente no sentido de suprir a falta de qualificação da população (Moreno, 2015). Dois projetos são destacados pelo Banco Palmas em seu website: o PalmasLab<sup>26</sup> e o Projeto ELAS<sup>27</sup>. O primeiro destaca-se pelo desenvolvimento de um laboratório de Inovação e Pesquisa em Finanças Solidárias, o qual visa potencializar esse ramo financeiro ao introduzir a tecnologia da informação. Já o segundo projeto se caracteriza por um conjunto de ações de promoção, formação e orientação às mulheres do Bolsa Família e tomadoras de crédito junto ao banco.

---

<sup>26</sup> Disponível em <<http://palmaslab.org/>>. Acesso em novembro de 2017.

<sup>27</sup> Disponível em <[www.institutobancopalmas.org/projeto-elas/](http://www.institutobancopalmas.org/projeto-elas/)>. Acesso em novembro de 2017.



Outro projeto que visa a valorização da mulher frente a desigualdade de gênero, foi a chamada Incubadora Feminina, uma ação promovida pelo banco que objetiva a inclusão social das mulheres moradoras do Conjunto Palmeiras que se encontram em situação de risco social e pessoal. O processo tem duração de 18 meses, sendo que, ao fim, o banco concede um crédito para que as integrantes da turma iniciem um pequeno empreendimento, ou então são encaminhadas ao mercado de trabalho (Banco Palmas, 2010).

Como resultado do empréstimo às mulheres da Incubadora Feminina, nasceu em 2010 o Palmatur, inicialmente um empreendimento voltado ao turismo e à eventos da comunidade (Borges, 2010). A seguir, o projeto deu origem à uma pequena pousada localizada no próprio Conjunto Palmeiras, buscando disseminar a ideia de que existe uma Fortaleza além do Beira-Mar. Dessa maneira, as mulheres do Palmatur<sup>28</sup> têm objetivo de contribuir para o desenvolvimento da comunidade ao promover o bairro como destino turístico alternativo, fortalecendo a economia local, e garantir trabalho e renda às moradoras através da inclusão no trabalho formal.

Através do microcrédito social concedido pelo Banco Palmas, formou-se, em 1998, o primeiro empreendimento no ramo das confecções: o PalmaFashion (Neto Segundo e Magalhães, 2003 apud Nascimento, 2011). O time é composto por 18 mulheres da comunidade que, juntas, confeccionam roupas de cama, mesa e banho, apesar do jeans ganhar destaque nos dias atuais (Nascimento, 2011; Borges, 2010). Com destaque na comunidade, o PalmaLimpe e o PalmaNatus também enquadram-se em empreendimentos desenvolvidos por moradores locais. O primeiro é responsável pela produção de materiais de limpeza, enquanto o segundo tem destaque pelos produtos naturais, como sabonetes e fitoterápicos (Nascimento, 2011).

Para garantir que os negócios dos moradores continuassem a prosperar, fez-se necessário a capacitação profissional e apoio gerencial. Nesse sentido, destaca-se a experiência da Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária (PalmaTech), inaugurada em abril de 2000. A principal finalidade atribuída a esse projeto é oferecer

---

<sup>28</sup> Disponível em <<http://www.institutobancopalmas.org/social-businesses/>>. Acesso em novembro de 2017.

capacitação gerencial e profissional por meio do desenvolvimento de pedagogias que sensibilizem a cultura solidária e semeiem a metodologia criada pelo Banco Palmas de desenvolvimento local como estratégia de combate à pobreza (Neto Segundo e Magalhães, 2003 apud Nascimento, 2011).

Como missão, a escola deve difundir uma nova ética econômica, sedimentada na criatividade e na satisfação das necessidades humanas, ao responsabilizar-se pela formação de instrutores, técnicos, empreendedores, produtores e consumidores, segundo as práticas da socioeconomia solidária (Nascimento, 2011). Para isso, a PalmaTech desenvolveu o Bairro Escola de Trabalho, uma capacitação para mais de mil jovens locais. O projeto recebeu o nome pelo fato dos aprendizes escolherem uma profissão para acompanhamento num empreendimento do bairro<sup>29</sup>.

A iniciativa foi seccionada em três fases de ensino: a primeira consiste num curso teórico sobre empreendedorismo, relações humanas, economia solidária e a história da comunidade; em seguida, o aprendiz é direcionado à uma empresa do bairro com objetivo de aprender a prática de uma profissão; e, finalmente, é disponibilizado um curso sobre gestão e marketing. Com isso, o banco visa suprir as deficiências do indivíduo desde a educação básica, passando pelo trabalho e alcançando um ensino mais avançado (Nascimento, 2011).

A fim de estimular a prática de todo esse aprendizado, a troca de conhecimentos e a comercialização dos produtos, além de fomentar a rede solidária, foi definido um cronograma para realização da Feira Solidária e instalada a Loja Solidária na sede do Banco (Nascimento, 2011).

A seguir, é possível visualizar todas as medidas tomadas para desenvolver o Conjunto Palmeiras e seus moradores e as respectivas fases em que ocorreram.

**Quadro 6.** Síntese das práticas de fomento ao desenvolvimento endógeno<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> Disponível em <<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/banco-palmas-um-dos-projetos-de-economia-solidaria-mais-bem-sucedidos-do-pais/>>. Acesso em novembro de 2017.

<sup>30</sup> Não foram encontradas informações atualizadas a respeito de quais iniciativas ainda encontram-se em funcionamento.

<b>Projeto</b>	<b>Classe</b>	<b>Descrição</b>	<b>Ano de Criação</b>
<b>Mapa de Produção e Consumo Local</b>	Desenvolvimento local	Detalhado levantamento de dados a fim de evitar concorrência entre os integrantes da rede local, o que também permite uma melhor avaliação quanto aos empréstimos que devem ser concedidos	1997
<b>Moeda Social Palmas</b>	Desenvolvimento local	Moeda de circulação local que tem como finalidade estimular o consumo local, assumindo diferentes feições ao longo dos anos	1998
<b>PalmaFashion</b>	Empreendimento produtivo	Empreendimento solidário criado para dar oportunidade às mulheres que sofrem com dependência de drogas e violência doméstica, por exemplo, ensinando-lhes a arte da moda	1998
<b>Fórum Socioeconômico Local (FECOL)</b>	Desenvolvimento local	É um espaço de articulação da sociedade, de diálogos e proposições quanto às questões socioeconômicas, tendo premissa de que cada indivíduo corresponde a um agente que pode trazer soluções locais	
<b>Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária (PalmaTech)</b>	Capacitação profissional	Espaço para capacitação profissional dos moradores através da realização de cursos, como o Bairro Escola de Trabalho, Consultores Comunitários para Empreendimentos Solidários e o Clube de Trocas com Moeda Social	2000
<b>Feira Solidária</b>	Comercialização	Local de promoção dos produtores locais no intuito de incentivar o consumo dentro do bairro, abrindo espaço para apresentação de músicos e artistas que estimulam a cultura comunitária	
<b>Incubadora Feminina</b>	Capacitação profissional	Desenvolvimento de ações que tem como objetivo a inclusão social das mulheres do Conjunto Palmeiras que se encontram em situação de risco social e pessoal	2001
<b>PalmaLimpe</b>	Empreendimento produtivo	Empreendimento composto por jovens da comunidade que, através de recursos do Banco e treinamentos oferecidos pelo município, produzem materiais de limpeza	2001
<b>PalmaNatus</b>	Empreendimento produtivo	Os jovens que deram origem a esse empreendimento trabalham com sabonetes artesanais e outros produtos fitoterápicos	2005
<b>Loja Solidária</b>	Comercialização	Espaço para exibição e comercialização dos produtos fabricados no local sediado No Banco Palmas	
<b>Palmatour</b>	Empreendimento produtivo	Empreendimento solidário que busca promover o Conjunto Palmeiras como destino turístico alternativo, fortalecendo a economia local e gerando trabalho e renda	2010
<b>Projeto ELAS</b>	Capacitação profissional	Ações que visam promover, formar e orientar as mulheres do Bolsa Família através da inclusão socioprodutiva, financeira e bancária	2011
<b>PalmasLab</b>	Capacitação profissional	Laboratório de Inovação e Pesquisa em Finanças Solidária que busca contribuir na criação, desenvolvimento e alavancagem das experiências de finanças solidárias através de soluções tecnológicas	2012

Fonte: Elaboração própria

Desse modo, o Banco Palmas atua muito além do que apenas econômica e financeiramente. Seu alicerce está fundamentado na interação e auxílio social promovido pela rede solidária e pelos inúmeros empreendimentos e centros de capacitação profissional e educacional (sintetizados no quadro 6). Com isso, a Associação dos moradores e o Banco Palmas acreditam que um desenvolvimento local e sustentável pode ser alcançado em qualquer lugar quando se leva em conta o grau de auto-gestão e cooperação instaurado entre os moradores (Jayo, Pozzebon e Diniz, 2009).

### **3.2.3. Instituto Palmas**

Até 2003, o Banco Palmas era o único Banco de Desenvolvimento Comunitário do Brasil. Graças à propagação dos resultados alcançados por esse, outras associações comunitárias, e até mesmo o poder público, passaram a demonstrar interesse em implantá-lo (Nesol – USP, 2013 apud Moreno, 2015). Nesse mesmo ano, a ASMOCNP decidiu criar o Instituto Banco Palmas, uma OSCIP cuja função principal é difundir e replicar a metodologia usada pelo Banco Palmas, ajudando na criação de outros bancos comunitários e integrando-os em rede (Banco Palmas, 2010).

Sua estruturação como OSCIP possibilita a instauração de convênios e contratos com bancos oficiais e com o poder público para captação de recursos e tecnologias para seus filiados (Melo Neto e Magalhães, 2009 apud Moreno, 2015). Dessa maneira, o Instituto é capaz de disponibilizar linhas de crédito e o correspondente bancário à toda rede de bancos (Banco Palmas, 2010).

A fim de fomentar essas experiências de desenvolvimento comunitário integrado, a instituição estabeleceu um marco conceitual para definição das principais características de um BCD, sintetizadas no quadro abaixo (Nesol – USP, 2013 apud Moreno, 2015).

**Quadro 7.** Características de um BCD definidas pelo Instituto Palmas

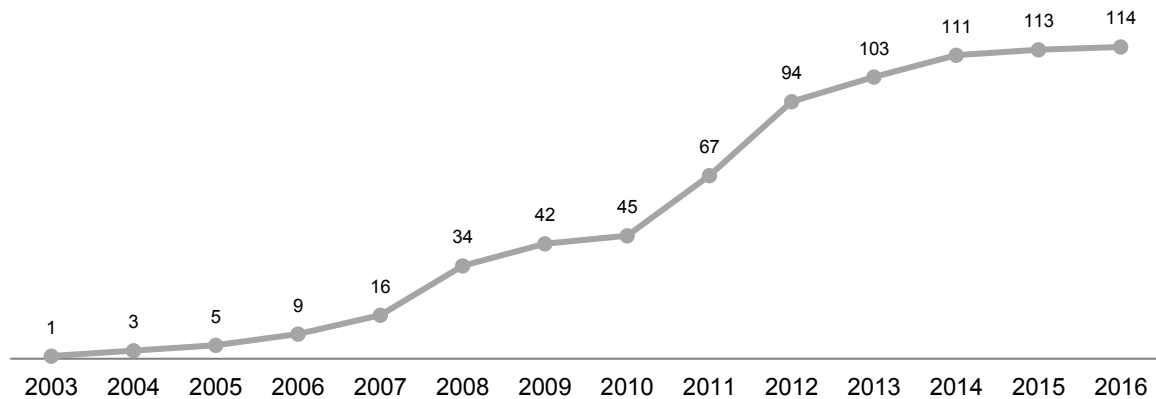
<b>Pontos de atuação</b>	<b>Definição</b>
<b>Propriedade e Controle da Comunidade</b>	O controle social deve garantir transparência nas atividades do banco, o qual deve pertencer a uma organização da sociedade civil local, legítima e representativa, que será responsável por sua administração
<b>Correspondente Bancário</b>	Hoje viabilizado pela parceria com o BPB, o correspondente bancário se torna uma ferramenta de desenvolvimento local e de inclusão financeira, assim como passa a ser uma fonte de recursos que permite um BCD alcançar sua sustentabilidade financeira
<b>Moeda Social</b>	O circulante local é uma ferramenta de estímulo ao consumo de produtos locais e ao desenvolvimento da economia da região
<b>Crédito para Consumo</b>	É um microcrédito que busca inserir a moeda social na economia local
<b>Crédito Produtivo</b>	Essa linha microcreditícia corresponde à uma atividade central dos BCDs e busca estimular o desenvolvimento de empreendimentos de economia solidária
<b>Apoio a Empreendimentos Locais de Economia Solidária</b>	As ações de fomento aos pequenos empreendimentos locais, como cursos de capacitação e apoio ao escoamento da produção, têm como objetivo estimular a criação de uma estrutura produtiva local
<b>Filiação à Rede Brasileira de Bancos Comunitários</b>	Essa rede tem finalidade de articular ações comuns e criar condições mais adequadas possíveis para o desenvolvimento de outras experiências no campo das Finanças e Economia Solidária

Fonte: Elaboração própria

Além disso, o Instituto Palmas também possui atuação política no campo da Economia Solidária e dos Bancos Comunitários, participando e articulando debates de nível local e nacional, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (Borges, 2010). Ademais, esse papel de articulador político permitiu sua participação na luta pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 93 de 2007, o qual estabelece a criação de um Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias. Como meta, o Instituto estabelece a criação de 5.000 Bancos Comunitários até 2020 e a implementação de um fluxo econômico entre as regiões que sediam BCDs (Banco Palmas, 2010).

Apesar de a Lei ainda estar em tramitação, a Rede já conta com a participação de 114<sup>31</sup> Bancos Comunitários, sendo que a segunda experiência – após o Banco Palmas em 1998 – foi implementada apenas em 2004 em Paracuru, CE. A partir de então, a trajetória de criação dos BCDs foi ascendente decorrente da marcante atuação do Instituto Palmas:

**Gráfico 7.** Evolução da Rede Brasileira de BCDs



Fonte: Elaboração própria a partir de Rigo (2014 apud Moreno, 2015)

Através da multiplicação dessa metodologia, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários se solidifica e ganha espaço no debate acerca da importância da democracia econômica e inclusão financeira para superação da desigualdade social (Melo Neto e Magalhães, 2006 apud Moreno, 2015).

### 3.3. Desafios enfrentados e estratégias adotadas

Na publicação Banco Palmas: 100 Perguntas Mais Frequentes (2010), o Instituto Palmas enumera os cinco maiores desafios enfrentados pelo Banco Palmas: o cultivo da cultura solidária e a valorização dos produtos locais nos moradores; o hiato tecnológico enfrentado pelas empresas financiadas pelo banco; a dificuldade em preservar baixas taxas de juros para atender a população de baixa renda; a necessidade de profissionalizar a equipe, principalmente nos elementos de gestão; e a ausência de políticas públicas específicas, assim como o reduzido apoio governamental.

<sup>31</sup> Ver Anexo I

Dessa maneira, é certo que as dificuldades e desafios enfrentados pelos Bancos Comunitários impedem sua multiplicação sustentável e sua constituição como uma política pública eficaz em relação à redução das desigualdades sociais e estímulo ao desenvolvimento socioeconômico local (Moreno, 2015). Para minar tais percalços, Borges (2010) salienta a necessidade de legitimação dos Bancos Comunitários por parte do governo brasileiro.

Para França Filho (2013 apud Moreno, 2015) a ausência desse marco regulatório impede a constituição de um fundo regular de recursos que viabilizem as atividades dos BCDs. Isso porque um banco comunitário carece de auxílios durante um período deficitário relativamente longo – em média três anos – o qual é marcado por inconstante situação financeira (Borges, 2010).

Em consonância, Melo Neto (2009 apud Borges, 2010) define como característica de um BCD a gênese de sua sustentabilidade financeira que, a curto prazo, baseia-se em subsídios justificados de acordo com sua utilidade social. Portanto, as políticas públicas de financiamento à implantação dessas instituições configuram um dos aspectos em que o apoio público se faz fundamental (Borges, 2010).

Visto isso, a experiência do Banco Palmas delineou um modelo de política pública de financiamento aos Bancos Comunitários que assegure recursos para introdução e manutenção da experiência durante seus primeiros anos, assumindo a premissa de que esta pode – e deve – conquistar sustentabilidade financeira das atividades de caráter bancário. Em contrapartida, esse modelo determina como necessário o financiamento das atividades sociais e comunitárias – como a capacitação dos moradores e assessoria aos empreendimentos – ao longo de toda vida da instituição, visto que essas não conseguem ser economicamente sustentáveis (Borges, 2010).

A capacidade que os Banco Comunitários têm de configurar iniciativas de alto impacto social já constitui em si uma justificativa para implantação desse modelo de política pública. O Governo Federal atribui aos BCDs o papel de catalisador do desenvolvimento local, e, por isso, tem atuado junto ao Instituto Palmas na intenção de consolidar essa metodologia e torná-la referência de política nacional de incentivo

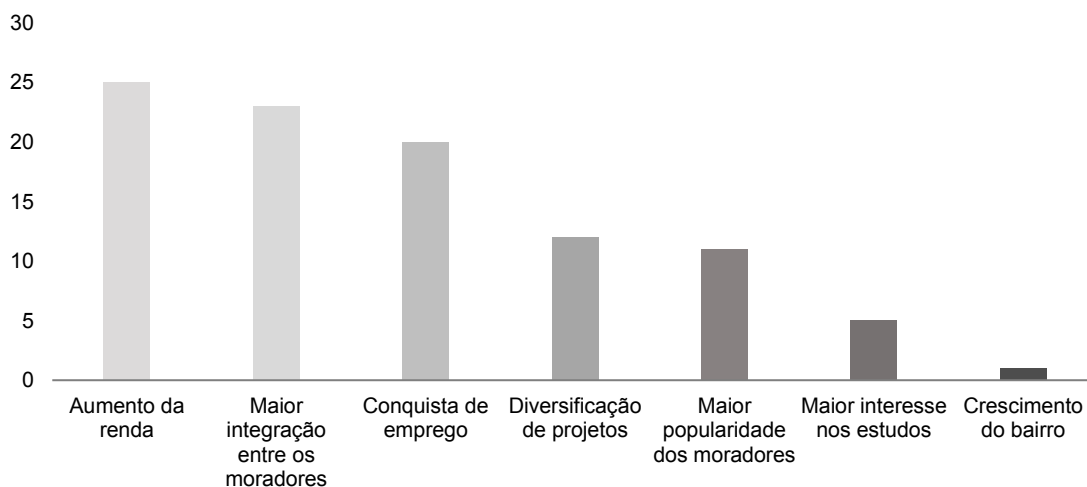
ao crédito para produção e consumo (França Filho e Silva Jr, 2009 apud Moreno, 2015).

No entanto, esse suporte é feito através de projetos públicos, o que leva a uma situação de dependência e evidencia a marginalização do tema pelos entes públicos. Esses projetos se mostram insuficientes quando se leva em conta a falta de sensibilidade quanto às necessidades de apoio demonstradas pelos bancos em seu período de amadurecimento, e a instabilidade decorrente da curta duração e subordinação aos ciclos políticos – isto é, em certos momentos, há diversos projetos de apoio e, em outros, eles são escassos (Borges, 2010).

Apesar dos obstáculos causados pelo limitado investimento público, o Banco Palmas teve retorno positivo por parte dos moradores do Conjunto Palmeiras, que pôde ser constatado na pesquisa executada pelo Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS) e disponibilizada na publicação Avaliação de Impactos e de Imagem: Banco Palmas – 10 Anos (2008).

De acordo com a opinião de 90% dos entrevistados, a atuação do Banco contribuiu para aumentar a qualidade de vida. Em relação aos cenários viabilizados pela instituição para que isso ocorresse, foram destacados a geração de trabalho e renda e a inclusão social (LIEGS, 2008).

**Gráfico 8.** Formas como o Banco Palmas melhorou a vida de seus beneficiários



Fonte: Adaptado de LIEGS (2008)



Logo, a experiência promovida pelo Banco Palmas proporciona vantagens e melhorias em inúmeras circunstâncias da vida dos moradores locais, como na vitalidade comunitária, numa melhor governança e cidadania, melhores padrões de vida e, indiretamente, na educação. Em primeiro lugar, o banco fortalece o sentimento de comunidade e pertencimento ao Conjunto Palmeiras, concebendo espaços de participação e socialização entre moradores, com destaque ao FECOL. A partir desse fórum, a instituição adentra outro cenário – a governança e cidadania – e promove atividades de inclusão social.

Em terceiro lugar, a melhor qualidade de vida decorre da estratégia inicial adotada pelo banco: a aplicação do microcrédito como instrumento dinamizador da economia local. Como um dos resultados mais concretos de suas ações, há geração de renda e emprego entre os moradores. E, por fim, a promoção da dimensão educacional está enraizada na cultura da instituição como forma de multiplicar os benefícios alcançados economicamente (Borges, 2010).

Com isso, a experiência do Banco Palmas, e dos conseguintes Bancos Comunitários, revela a eficiência na articulação da população local ao despertar o sentimento de pertencimento, e capacidade dessa em formular metodologias sociais que democratizem o acesso financeiro e viabilizem o desenvolvimento local.

## Considerações Finais

Como constatado, o sistema financeiro tradicional é restringido à uma pequena parcela da população que compõe as elevadas camadas da pirâmide social. Seu caráter capitalista e hegemônico pressupõe a busca incessante pelo lucro, o que acaba privando os pobres do acesso ao crédito devido à falta de garantias reais. Ao caracterizar-se também pela exclusividade, o crédito deixa de cumprir sua função de alavanca do desenvolvimento, e transforma-se meramente num instrumento especulativo. Portanto, faz-se necessário o desenvolvimento de um novo mecanismo, mais inclusivo e democrático.

Dessa escassez de recursos, floresce o microcrédito social. A nova configuração está incorporada no campo das Finanças Solidárias e embasada nas práticas da Economia Solidária. Seus alicerces fundamentam-se em práticas solidárias e cooperativas, e ao estabelecer como prioridade o ser humano a despeito da lucratividade, implica a reversão da lógica capitalista.

Embora seja um ambiente amplo e diversificado, atuando tanto no campo social como econômico, é possível verificar objeções quando aplicado em países desenvolvidos, assim como quando projetados por órgãos públicos. No primeiro caso, destacam-se como obstáculos a dispersão da população de baixa renda, a fragilidade na construção de relações sociais e o sistema financeiro já bem desenvolvido, aumentando a competitividade. No caso de projetos públicos que aplicam o microcrédito, o impasse está na adoção das tecnologias financeiras semelhante às operações tradicionais e nos subsídios concedidos pelo governo, que fazem dessas instituições insustentáveis.

Apesar dos problemas verificados acima, existem exceções que tiveram sua trajetória bem-sucedida a despeito de estarem inseridas num país desenvolvido ou ser executada pelo governo, como é o caso da Oikocredit localizada no Canadá e do Land Bank of Philippines (LBP), decorrente de uma lei estadual, respectivamente. Os dois exemplos anteriores e os demais sucessos ao redor do mundo compartilham do mesmo objetivo ao democratizar o acesso ao crédito: minar a vulnerabilidade e condição de pobreza em que se encontra a população. Quanto aos instrumentos,

destaca-se o crédito solidário concedido tanto em grupo como individualmente, a capacitação profissional para perpetuação dos empreendimentos e o acompanhamento por parte da instituição.

No Brasil, uma experiência notória foi o Banco Palmas, o primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) do país que teve sua origem no cerne da luta da comunidade Palmeiras por condições de vida mais dignas. Dessa maneira, tem sua identidade enraizada e fortificada nos laços comunitários.

Com foco no desenvolvimento local, o Banco Palmas oferece aos moradores uma variedade de segmentos, que vão desde os serviços financeiros – com microcrédito produtivo ou para consumo, poupanças, microsseguros – até os serviços sociais e de acompanhamento, como a capacitação profissional, a educação financeira e cidadã, a promoção de feiras solidárias a fim de impulsionar a comercialização local, etc.

Portanto, apresentados e analisados os históricos e dados, tem-se como certo os obstáculos postos frente ao desenvolvimento de experiências alternativas de inclusão. Porém, a impossibilidade de viver sob as lógicas capitalistas e hegemônicas impulsionou, durante a trajetória de cada instituição, o desenvolvimento de mecanismos e instrumentos que garantissem a perpetuação da experiência. Dessa maneira, o microcrédito solidário e as demais ações complementares escorados em leis e benefícios públicos – que não findem a sustentabilidade da experiência – configuram um instrumento de enfrentamento à exclusão financeira e social e à condição pobreza dessa população.

## Referências Bibliográficas

AFONSO, J. S. Microcrédito e Território: Portugal como Estudo de Caso. 97 f. Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão de Cidades – Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Porto, 2010

Banco Central do Brasil – BACEN. Panorama do Microcrédito. In: Série Cidadania Financeira: Estudos sobre Educação, Proteção e Inclusão, Brasília, n. 1, julho, 2015. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/Nor/relinconfin/SerieCidadania\\_1panorama\\_micro.pdf](http://www.bcb.gov.br/Nor/relinconfin/SerieCidadania_1panorama_micro.pdf)>. Acesso em setembro de 2017

BANCO PALMAS. Banco Palmas: 100 perguntas mais frequentes. Fortaleza-CE, 2010

BENDELL, J.; SLATER, M. Escaping delusions of development finance. In: Potential and Limits of Social and Solidarity, 2015, Genebra

BIAGIOLI, L.G. Banco do povo, o sistema de microcrédito do Estado de São Paulo. 39f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2000

BORGES, A. Banco Palmas como uma plataforma de desenvolvimento comunitário. In: MORAIS, L.; BORGES, A. (Orgs). Novos Paradigmas de produção e consumo: experiências inovadoras. São Paulo: Instituto Pólis, p. 249- 294, 2010

BRAGA, M.B.; TONETO JR, R. Microcrédito: aspectos teóricos e experiências. In: Revista Análise Econômica, Porto Alegre, v. 18, n. 33, março, 2000. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10643>>. Acesso em junho de 2017

COELHO, F. D. A História das Finanças Solidárias. In: ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003

DAR, B. The Amhara Credit and Saving Institution (ACSI): Institutional Profile, Current Status and Future Strategy. Etiópia, 2004. Disponível em: <<https://www.microfinancegateway.org/library/amhara-credit-and-saving-institution-acs-institutional-profile-current-status-and-future>>. Acesso em outubro de 2017

Fundação Getúlio Vargas/Instituto Brasileiro de Economia – IBRE, Centro de Políticas Sociais (CPS). Pagando a Promessa do Microcrédito: Institucionalidade e Impactos Quantitativos e Qualitativos do CrediAmigo e do Comunidade. Coordenação Marcelo Cortês Neri. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <[http://www.cps.fgv.br/ibrecps/credi3/Neri\\_Texto.pdf](http://www.cps.fgv.br/ibrecps/credi3/Neri_Texto.pdf)>. Acesso em outubro de 2017

FRANÇA FILHO, G. C.; RIGO, A. S. Scope, Limits and Potential os Solidarity Finance as a Renewed Strategy for Local Development. In: Potential and Limits of Social and Solidarity, 2015, Genebra

GAIGER, L. I. A dimensão empreendedora da economia solidária: Notas para um debate necessário. In: Outra Economia, Vol. II, n. 3, 2º semestre, 2008. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/1145>>. Acesso em agosto de 2017

\_\_\_\_\_. A Economia Solidária e a Revitalização do Paradigma Cooperativo. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 28, nº 82, p. 211-259, 2013

\_\_\_\_\_. A Associação Econômica dos Pobres como via de Combate às Desigualdades. In: Caderno CRH, Salvador, v. 22, n. 57, p. 563-580, set-dez. 2009

GOSS, S. The Case of Land Bank in Philippines. Estados Unidos da América, 2007. Disponível em: <[https://www.microlinks.org/sites/microlinks/files/resource/files/ML4875\\_mn\\_32\\_land\\_bank\\_philippines\\_0.pdf](https://www.microlinks.org/sites/microlinks/files/resource/files/ML4875_mn_32_land_bank_philippines_0.pdf)>. Acesso em outubro de 2017

HIGGINS, S.S.; NEVES, J.A.B. Insulamento burocrático, inserção social e políticas públicas do Brasil: O caso do CrediAmigo. In: Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 24, n. 59, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-987316245901>>. Acesso em setembro de 2017

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Os Novos Dados do Mapeamento de Economia Solidária no Brasil: Nota Metodológica e Análise das Dimensões Socioestruturais dos Empreendimentos. Coordenação Sandro Pereira Silva. Brasília, 2016

JAYO M.; POZZEBON M.; DINIZ E. H. Microcredit and Innovative Local Development in Fortaleza, Brazil: The Case of Banco Palmas. In: Canadian Journal of Regional Science/Revue canadienne des sciences régionales, p.115-128, 2009

LAVILLE J. L.; GAIGER L. I. Economia Solidária. In: HESPANHA, P. Dicionário Internacional da Outra Economia.1 ed., Coimbra: Edições Almedina, v.1, p. 162-168, 2009

Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social – LIEGS. Avaliação de Impactos e de Imagem: Banco Palmas – 10 anos. Coordenação Jeová T. Silva Jr. Universidade Federal do Ceará – UFC. Juazeiro do Norte – CE, 2008. Disponível em: <[http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/avaliao\\_de\\_impactos\\_e\\_imagem.pdf](http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/avaliao_de_impactos_e_imagem.pdf)>. Acesso em novembro de 2017

LIMA, S. N. Políticas Públicas de Emprego e Microcrédito: A Experiência Brasileira. 156 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Econômicas – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006

MELO, João Joaquim de Banco Palmas. Uma prática de socioeconomia solidária. Agora XXI / Banco Palmas. Programa de Gestão Urbana – UN/HABITAT. 39p.- (Caderno de Trabalho N°116). Quito. Maio, 2003

MELO NETO, J. J.; MAGALHÃES, S. Bancos Comunitários de Desenvolvimento: Uma Rede sob Controle da Comunidade. Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária. Fortaleza-CE, 2006

MORENO, F. de B. A Viabilidade das Finanças Solidárias como Instrumento de Enfrentamento à Exclusão Financeira. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2015

MUÑOZ R. Finanças Solidárias. In: HESPANHA, P. Dicionário Internacional da Outra Economia. 1 ed., Coimbra: Edições Almedina,, v.1, p. 208-212, 2009

NASCIMENTO, A. M. Moeda Palma e o Desenvolvimento Sustentável do Conjunto Palmeiras Através da Economia Solidária. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 2011. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6213/1/2011\\_dissert\\_amnascimento.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6213/1/2011_dissert_amnascimento.pdf)>. Acesso em: novembro de 2017

NERY, C. O Mundo que queremos. In: Revista Rumos, n. 281, mai/jun, 2015. Disponível em <<http://www.abde.org.br/uploads/020720151620325928%2029%2030%2031%2032%2033%2034%20E%2035.pdf>>. Acesso em agosto de 2017

OLIVEIRA, B. M. A. A (r)evolução das Moedas Sociais: Do PalmaCard ao E-Dinheiro. Disponível. Fortaleza, 2017. em: <<http://www.institutobancopalmas.org/a-revolucao-das-moedas-sociais-do-palmacard-ao-e-dinheiro/>>. Acesso em novembro de 2017

PATIÑO, O. A. Microcrédito: Historia y experiencias exitosas de su implementación en América Latina. In: Revista Escuela de Administración de Negocios, Colômbia, n. 63, mai/ago, 2008, p. 41-57. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=20611455004>> Acesso em setembro de 2017

POTENZA, M.A.T. A empresa social na visão de Muhammad Yunus e sua aplicabilidade no Brasil. 2012. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8cb94e7a9661ea20>>. Acesso em agosto de 2017

PREISLER, A.M. Análise de risco e crédito para micro e pequenas empresas: uma proposta orientativa. 191 f. Tese de Pós-Graduação (Pós-Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003

SANTOS, J.O.; GODOI, A.F.; BERTONCELO, V.R.; SINCECRRE, B.P. Ensaio sobre o microcrédito e as metodologias de análise de crédito: aspectos relacionados à sua origem, desenvolvimento e o modelo de escoragem comportamental. In: Revista de Administração de Roraima, Boa Vista, Vol. 5, n. 1, jan/jun. 2015. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/adminrr/article/viewFile/2399/1624>>. Acesso em outubro de 2017

SERVET J. M. Microcrédito. In: HESPANHA, P. Dicionário Internacional da Outra Economia. 1 ed., Coimbra: Edições Almedina, v.1, p. 243-247, 2009

SILVA JR, J. T. Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas. 99f. Dissertação (mestrado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004

TODERO, T. Microcrédito e a questão do racionamento de crédito. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2002

TOSCANO, I. O Banco Palma\$: uma experiência de economia solidária. In: FRANÇA, C. L.; VAZ, J. C.; SILVA, I. P., (Orgs.). Aspectos econômicos de experiências de desenvolvimento local. 2ª edição. São Paulo: Instituto Pólis, 2002

VALERIO, V. E. M. A Inclusão Financeira no Brasil: Uma Análise da Contribuição dos Bancos Sociais. In: Revista Iniciativa Econômica, Vol. 1, n. 1, 2014. Disponível em <<http://seer.fclar.unesp.br/iniciativa/article/view/6626>>. Acesso em outubro de 2017

YUNUS, M. O Banqueiro dos Pobres. São Paulo: Ática, 2010

## ANEXO I. Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil

	N	UF	Banco	Local	Moeda	Ano de Criação
CENTRO-OESTE	1	DF	<b>Estrutural</b>	Cidade Estrutural	Conquista	2011
	2		<b>Itapoã</b>	Itapoã	Atitude	2012
	3		<b>Planaltina</b>	Planaltina		
	4	GO	<b>Pequi</b>	Iporá	Pequi	2012
	5	MS	<b>Pantanal</b>	Anastácio	Pantaneira	2012
	6		<b>Pirê</b>	Dourados	Pirapirê	2006
	7		<b>ITA</b>	Ponta Porã	ITA	2012
	8	MT	<b>Raiz</b>	Alta Floresta	Semente	2014
	9		<b>Mar</b>	Serra	Aroeira	2012
	10		<b>Cerrado</b>	Rondonópolis	Bacuri	2012
NORDESTE	11	BA	<b>Cidadania Quilombola</b>	Cachoeira	Sururu	2011
	12		<b>Casa do Sol</b>	Cairu	Tinharé	2009
	13		<b>Abrantes Solidário</b>	Camaçari	Abrantes	2014
	14		<b>Resex</b>	Canavieiras	Moex	2013
	15		<b>Fonte de Água Fresca</b>	Ouriçangas	Kiriri	2011
	16		<b>Guiné</b>	Salvador	Samper	2009
	17		<b>Ouro Negro</b>	São Francisco do Conde	Manguezal	2014
	18		<b>Ecoluzia</b>	Simões Filho	Trilha	2007
	19		<b>Ilhamar</b>	Vera Cruz	Concha	2008
	20		CE	<b>Vale Aracape</b>	Aracape	Palmares
	21	<b>Dunas</b>		Acaraú	Timbaúba	2011
	22	<b>Bandesb</b>		Beberibe	Ab	2007
	23	<b>Pe. Quiliano</b>		Caridade	Caribelo	2008
	24	<b>Bandesc</b>		Cascavel	Bento	2011
	25	<b>Potira</b>		Caucaia	Potiguara	2011
	26	<b>Sertanejo</b>		Choró	Sabiá	2008
	27	<b>Rio Choró</b>		Chorozinho	Castanha	2011
	28	<b>Pirambú</b>		Fortaleza	Pirambú	2008
	29	<b>Riosol</b>		Fortaleza	Rios	2008
	30	<b>Palmas</b>		Fortaleza	Palmas	1998
	31	<b>DendêSol</b>		Fortaleza	Sol	2010
	32	<b>Sítio de São João</b>		Fortaleza	Ponto de Finanças Solidárias	2011
	33	<b>Serra Azul</b>		Ibaretaba	Ibaré	2008
	34	<b>Amizade</b>		Iraçuba	Cactos	2008
	35	<b>Bancart</b>		Iraçuba	Tá	2006
	36	<b>Juazeiro</b>		Iraçuba	Cactos	2008
	37	<b>Itasol</b>		Itaitinga	Ita	2011
	38	<b>Tremembé</b>		Itarema	Ita	2008
	39	<b>Timbaúbas</b>		Juazeiro do Norte	Timba	2012
	40	<b>Bansol</b>	Madalena	Sol	2008	



NORTE	41		<b>Jaçanã</b>	Maracanaú	Maracanã	2008	
	42		<b>Pajú</b>	Maracanaú	Maracanã	2006	
	43		<b>Empreendedores</b>	Maranguape	Prata	2006	
	44		<b>Itapebussu</b>	Maranguape	Itapebussu	2008	
	45		<b>Buriti</b>	Mauriti	Grão	2011	
	46		<b>Serra das Matas</b>	Monsenhor Tabosa	Serra	2008	
	47		<b>Ocards</b>	Ocara	Tupi	2008	
	48		<b>Pacatubanco</b>	Pacatuba	Paca	2011	
	49		<b>ArtPalha</b>	Palhano	Castanha	2008	
	50		<b>Serrano</b>	Palmácia	Palmeira	2005	
	51		<b>Par</b>	Paracurú	Par	2004	
	52		<b>Frei Diogo</b>	Paramoti	Paz	2007	
	53		<b>Quixadá</b>	Quixadá	Monólitos	2011	
	54		<b>Feiticeiro</b>	Tamboril	Acaraú	2008	
	55		<b>Quinamuiu</b>	Tauá	Quinamuiu	2007	
	56	MA		<b>Quilombola</b>	Alcântara	Guará	2007
	57	PB		<b>Muçubank</b>	João Pessoa	Muçu Real	2015
	58			<b>Jardim Botânico</b>	João Pessoa	Orquídeas	2012
	59	PI		<b>Rede Opala</b>	Pedro II	Opala	2012
	60			<b>Cocais</b>	São João do Arraial	Cocal	2007
	61	RN		<b>Banco Solidário do Gostoso</b>	São Miguel do Gostoso	Gostoso	2013
	62	SE		<b>Dunas</b>	Barra dos Coqueiros		2012
	63	AC		<b>Vitória</b>	Rio Branco	Arco-íris	2011
	64			<b>Triângulo</b>	Rio Branco	Apuí	2012
	65	AM		<b>Forte</b>	Macapá		2012
	66			<b>Conquista</b>	Manaus	Liberdade	2011
	67			<b>Liberdade</b>	Manaus	Tucumã	2011
	68			<b>Parintins</b>	Parintis	Puxirum	2011
	69			<b>Colonial</b>	Manaus	Panair	2012
	70			<b>Ariramba</b>	Barreirinha		
	71			<b>Boa Vista do Ramos</b>	Boa Vista do Ramos		
72			<b>Nova Aliança</b>	Manaus	Compensa	2012	
73		<b>Mauá</b>	Manaus	Mauá	2012		
74		<b>Poraque</b>	Manaus				
75	AP		<b>Farol</b>	Laranjal do Jaraí	Centelha	2011	
76	PA		<b>Paar</b>	Ananindeua	Paar	2012	
77			<b>Castanheira</b>	Belém		2014	
78			<b>Rio Caraparú</b>	Santa Izabel		2014	
79			<b>Tupinambá</b>	Belém	Moqueio	2009	
80			<b>Rio Canaticú</b>	Curralinho	Iaça	2016	
81			<b>Miri</b>	Igarapé	Açai	2012	

SUDESTE	82		<b>Paraíso</b>	Jacundá	Sabiá	2011
	83		<b>Caratateua</b>	Belém		2012
	84		<b>Cajueiro</b>	Belém		
	85		<b>Tauense</b>	Santo Antonio do Taua		
	86		<b>Mari</b>	Marituba	Mari	2012
	87		<b>Pracaubense</b>	Muaná	Pracauúba	2015
	88		RO	<b>Pérola do Mamoré</b>	Guajará Miri	Pérola
	89	ES	<b>Esperança</b>	Cariacica	Rosa	2012
	90		<b>Sol</b>	Cariacica	Girassol	2008
	91		<b>Passarela</b>	Serra		2014
	92		<b>Viver</b>	Serra		2013
	93		<b>União</b>	Pedro Canário	Elo	2013
	94		<b>Abraço</b>	Serra	Abraço	2012
	95		<b>Terra</b>	Vila Velha	Terra	2007
96	<b>Verde Vida</b>		Vila Velha	Verde Vida	2008	
97	<b>Bem</b>		Vitória	Bem	2005	
98	<b>Puã</b>		Vitória	Puã	2012	
99	MG	<b>Chapadense</b>	Chapada Gaúcha	Veredas	2009	
100		<b>Esmeralda</b>	Esmeraldas	Esmeraldas	2012	
101	MG	<b>Banclisa</b>	Teófilo Otoni	Lisas	2012	
102	RJ	<b>Saracuruna</b>	Duque de Caxias	Saracura	2011	
103		<b>Preventório</b>	Niterói	Prevê	2011	
104		<b>Cidade de Deus</b>	Rio de Janeiro	CDD	2011	
105		<b>Mumbuca</b>	Marica	Mumbuca	2014	
106		<b>Orquídea</b>	Várzea Paulista	Progresso	2010	
107	<b>Capivari</b>	Silva Jardim	Capivari	2010		
108	SP	<b>Nascente</b>	São Carlos	Vida	2012	
109		<b>Apuanã</b>	São Paulo	Apuanã	2009	
110		<b>Autogestão</b>	São Paulo	Moradias em ação	2009	
111		<b>Pe. Leo Commissari</b>	São Bernardo do Campo	Commissari	2011	
112		<b>Paulo Freire</b>	São Paulo	Freire	2009	
113		<b>Tonato</b>	São Paulo	Estrelas	2012	
114		<b>União Sampaio</b>	São Paulo	Sampaio	2009	

Fonte: Elaboração própria